

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

REOFERECIMENTO – CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

1. Identificação do Curso

Modalidade: a distância

Unidade: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento: Sociologia

Previsão de Início: março de 2023

Número inicial de vagas: 60

E-mail:

Telefone:

Comissão Organizadora do Curso:

Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

2. Caracterização da Proposta

A área de Sociologia do Departamento de Sociologia e Antropologia tem tradição, desde a década de 1980, de realizar pesquisa, ensino e extensão na área de Criminalidade e Segurança Pública, capacitando pessoal especializado na área, sendo a UFMG pioneira nesse campo de estudos.

Desde então há aqui uma vasta produção dos estudos de criminalidade e segurança pública, que entrelaça-se com a história do conhecimento científico da criminalidade, da violência e do estudo das organizações policiais.

Não há somente o pioneirismo, mas também, volume e qualidade de trabalhos desenvolvidos que tornaram o Departamento de Sociologia em referencial nacional no que diz respeito à análise e desenvolvimento de iniciativas voltadas para o estudo da violência e da criminalidade no Brasil.

No ano de 1996, em decorrência desse vasto conhecimento adquirido na área, bem como das demandas sociais que se apresentavam, foi criado na UFMG, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP – que herdou a tradição do Departamento de Sociologia e Antropologia¹, os estudos sobre violência e criminalidade. O Centro é composto por pesquisadores docentes, discentes de graduação e pós-graduação, bem como pesquisadores oriundos de diferentes áreas do conhecimento: sociologia, estatística, ciência da computação, economia, filosofia, pedagogia, medicina.

¹ A partir do ano de 2013, o Departamento de Sociologia e Antropologia foi desmembrado em Departamento de Sociologia e Departamento de Antropologia e Arqueologia. Os estudos de Criminalidade e Segurança Pública foram e continuam sendo realizados pela área de Sociologia, atual Departamento de Sociologia da FAFICH/UFMG

O CRISP conquistou, ao longo dos últimos anos, lugar de destaque no meio acadêmico pela excelência de suas pesquisas e produções técnico-científicas.

Em 2001, também pioneiramente, a UFMG/DSO/CRISP iniciou o Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública que ao longo dos últimos anos ofertou várias turmas sendo três delas em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - SENASP/RENAESP.

No DSO/UFMG, o CRISP participa e é corresponsável, pela formação de experts acadêmicos, qual sejam, alunos de programas de pós-graduação strictu sensu (mestrado e doutorado) na área. Esse contato estreito e essa vivência/convivência de pós-graduação dentro da UFMG já levou vários alunos de Especialização do CRISP a buscarem avançar ainda mais em seus estudos acadêmicos, candidatando-se a seleções nos programas strictu sensu e muitos deles, agora, já titulados. O CRISP possui ex-alunos policiais mestres em geoprocessamento, educação, sociologia e psicologia, doutores nestes dois últimos programas e ainda em Ciências da Informação.

3. Caracterização do Curso

Objetivo do Curso

O mercado de trabalho exige profissionais competentes e bem formados. Cada vez mais, as informações e conhecimentos são assumidos como importante instrumento de trabalho. O tratamento da informação do conhecimento, de forma científica e adequada à utilização profissional, é o que pode se chamar de inteligência. Nesse contexto, a área de segurança pública, tem-se destacado por profundas mudanças paradigmáticas que estão em curso e que demandam profissionais ainda mais afinados com os recentes desenvolvimentos da tecnologia e do uso de dados e informações.

É com o objetivo de contribuir com a formação desse novo profissional, atualizado e competente, que o CRISP vem oferecendo o Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública.

Objetivos Específicos:

- formar operadores de segurança pública com capacidade analítica e de pesquisa na área de sua atuação específica;
- formar operadores de segurança pública que vejam a ciência e a inteligência como ferramentas auxiliares e de valor em seu cotidiano de trabalho;
- formar operadores de segurança pública que busquem a construção de uma cultura de paz e de respeito aos direitos e que sejam, em seu trabalho, promotores de uma cultura de não violência e de promoção da cidadania;
- formar operadores de segurança que busquem de forma contínua e constante mediar a prática profissional pelo conhecimento científico apropriado, pela troca de experiência com seus pares,

pela avaliação e reflexão crítica da prática desenvolvida e pela busca permanente de novas, mais eficazes e humanas práticas de trabalho em segurança pública;

- formar operadores de segurança pública que vejam no trabalho coletivo e integrado, entre as diversas polícias e instituições da justiça criminal, uma força no combate ao crime;
- formar operadores de segurança pública que vejam na prevenção ao crime uma meta primordial do seu trabalho.

O **perfil do profissional** a ser formado visa reunir grupos heterogêneos - quanto à formação, quanto à instituição de procedência, quanto à posição dentro da instituição - em uma mesma sala de aula. Esta prática tem permitido congrega profissionais e estudiosos, ligados à Segurança Pública, provenientes dos mais diversos espaços sociais e instituições, para juntos discutirem, analisarem e pensarem/repensarem a Segurança Pública.

4. Estrutura, forma de funcionamento do curso, modalidade de oferta e metodologia de desenvolvimento do Curso

O **curso será ofertado na modalidade a distância**, alternado síncronos e assíncronos, dentro da plataforma Moodle da UFMG e contará também com a infraestrutura física da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (salas de aula, laboratório de informática do CRISP, auditórios, biblioteca, laboratório de pesquisa do CRISP), quando se fizer necessária.

A ideia é que o curso de pós-graduação, a ser oferecido no âmbito do consórcio Erasmus-Success tenha um grupo de disciplinas denominadas de formação básica e que, depois, se desdobrassem em quatro âmbitos de formação mais específica, quais sejam: espaço urbano e modelos de policiamento, prevenção do crime, lei e controle social e sistema prisional.

Módulo 1 – Formação básica

A proposta é apresentar aos alunos os conceitos básicos da teoria criminológica, bem como os métodos principais a partir dos quais se estruturam a pesquisa e a produção de informação nesta seara. É, assim, uma unidade que visa formar o indivíduo em técnicas de investigação social voltadas para o entendimento do que é o crime, o “criminoso” e como os resultados de estudos quantitativos e qualitativos podem e devem ser interpretados. Para tanto, foram reservadas 135 horas aulas, distribuídas da seguinte maneira:

Disciplinas	Professor responsável	Carga horária
Teoria criminológica	Bráulio Silva	30
Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia	Marcos Prates	45
Demografia do crime	Bernardo Lanza	15
Métodos em criminologia	Bernardo Lanza	30
Abordagens psicológicas do crime e da lei	Andréa Guerra	15
Total		135

Módulo 2 - Espaço urbano e policiamento

Nesta etapa do curso, serão discutidos conceitos relacionados à construção de mecanismos de controle no espaço urbano, os quais perpassam não apenas o policiamento previsto em políticas públicas estatais. Serão incluídas também questões relacionadas à provisão de serviços em diversos níveis (municipais, estaduais e federais) e por distintas organizações (públicas e privadas). Uma distinção importante neste caso é entre os modelos legais e ilegais (como é o caso das milícias) que tendem a ser particularmente visíveis na realidade latino-americana. Para tal fim, foram reservadas 60 horas, distribuídas da seguinte maneira:

Disciplinas	Professor responsável	Carga horária
Espaço urbano e controle social	Valéria Oliveira	15
Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada	Claudio Beato	15
Modelos de policiamento (públicos e privados)	Cláudio Beato	30
Total		60

Módulo 3 - Prevenção ao crime

Consiste na apresentação de conceitos básicos relacionados às ações e intervenções manejadas para a prevenção do crime e da vitimização em distintos níveis (individuais, familiares e comunitários). Problematisa também os limites e possibilidades de políticas de prevenção já implementadas no Brasil, com destaque para aquelas que tiveram lugar no estado de Minas Gerais. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas da seguinte maneira:

Disciplinas	Professor responsável	Carga horária
Prevenção e tratamento do crime e do criminoso	Andréa Silveira	15
Política criminal e resolução de conflitos	Camila Nicácio	30
Vitimização (teoria e padrões)	Andréa Guerra & Bráulio Silva	30
Total		75

Módulo 4 - Lei e controle social

Tem como objetivo problematizar como funciona o sistema de justiça criminal e o sistema de justiça juvenil, desde uma perspectiva teórica (com a mobilização dos conceitos de Racionalidade Penal Moderna), mas também empírica por meio da discussão de pesquisas produzidas pela antropologia e sociologia jurídica. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas da seguinte maneira:

Disciplinas	Professor responsável	Carga horária
Sociologia jurídica e do crime	Ludmila Ribeiro	15
Antropologia jurídica	Camila Nicácio	30
Justiça juvenil	Frederico Marinho	15
Racionalidade Penal Moderna	Carlos Frederico Braga	15
Total		75

Módulo 5 – Sistema prisional

Este conjunto de disciplinas visa apresentar aspectos legais e sociológicos da política penal, com ênfase nos efeitos do encarceramento e da internação em massa. Exatamente por isso, um dos pontos de estruturação deste módulo é a política destinada a egressos do cárcere e dos sistemas socioeducativos. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas da seguinte maneira:

Disciplinas	Professor responsável	Carga horária
Consequências da política penal	Thais Duarte	15
Política de egressos do sistema prisional e socioeducativo	Roseane Lisboa & Andréa Silveira	30
Sistemas prisionais em perspectiva comparada	Roseane Lisboa	15
Dinâmicas da execução penal	Frederico Horta	15
Total		75

Portanto, a carga horária total será de 420 horas, sendo dividido em cinco módulos, o primeiro de disciplinas formativas e os outros quatro de temáticas específicas que precisam ser adequadamente apreendidas pelos gestores de políticas de segurança pública no Brasil.

5. Estrutura Curricular

Disciplinas	Professor responsável	Carga horária
Teoria criminológica	Bráulio Silva	30
Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia	Marcos Prates	45
Demografia do crime	Bernardo Lanza	15
Métodos em criminologia	Bernardo Lanza	30
Abordagens psicológicas do crime e da lei	Andréa Guerra	15
Espaço urbano e controle social	Valéria Oliveira	15
Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada	Claudio Beato	15
Modelos de policiamento (públicos e privados)	Cláudio Beato	30
Prevenção e tratamento do crime e do criminoso	Andréa Silveira	15
Política criminal e resolução de conflitos	Camila Nicácio	30
Vitimização (teoria e padrões)	Andréa Guerra & Bráulio Silva	30
Sociologia jurídica	Ludmila Ribeiro	15
Antropologia jurídica	Camila Nicácio	30
Justiça juvenil	Frederico Marinho	15
Racionalidade Penal Moderna	Carlos Frederico Braga	15
Consequências da política penal	Thais Duarte	15
Política de egressos do sistema prisional e socioeducativo	Roseane Lisboa & Andréa Silveira	30
Sistemas prisionais em perspectiva comparada	Roseane Lisboa	15
Dinâmicas da execução penal	Frederico Horta	15
Trabalho de conclusão de curso		

Módulo 1 – Formação básica

A proposta é apresentar aos alunos os conceitos básicos da teoria criminológica, bem como os métodos principais a partir dos quais se estruturam a pesquisa e a produção de informação nesta seara. É, assim, uma unidade que visa formar o indivíduo em técnicas de investigação social voltadas para o entendimento do que é o crime, o “criminoso” e como os resultados de estudos quantitativos e qualitativos podem e devem ser interpretados. Para tanto, foram reservadas 135 horas aulas, as quais serão distribuídas em cinco disciplinas, quais sejam: Teoria criminológica, Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia, Demografia do crime, Métodos em criminologia, e Abordagens psicológicas do crime e da lei. Os programas preparados pelos professores responsáveis seguem apresentados nas próximas páginas.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Teoria Criminológica	CÓDIGO: SOA	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		30	0	30
NATUREZA () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS: 30			
PROFESSOR(A): Claudio Beato				
EMENTA				
Este curso oferece uma visão geral das principais teorias sobre as causas do crime e do comportamento desviante. O curso inclui a consideração da construção da teoria, teste da teoria e integração teórica conforme se aplicam às teorias de causação do crime e ligações entre essas teorias e as políticas de justiça criminal. Haverá uma cobertura detalhada dos elementos e fundamentos da abordagem científica.				
OBJETIVOS				
O objetivo deste curso é promover uma compreensão da criminologia e métodos de pesquisa, com foco no desenvolvimento da sua pesquisa de dissertação ou de tese. Como um seminário avançado, não será abordado ou discutido um campo específico. Em vez disso, o curso estará organizado na exposição de uma ampla variedade de abordagens criminológicas e métodos de pesquisa de modo a permitir ao discente um direcionamento do eixo teórico central em sua pesquisa. Neste sentido, buscar-se-á vincular teoria com pesquisa (metodologia); isto é, usar a teoria para ajudar a desenvolver um projeto de pesquisa, que por sua vez pode ser usado como base para ação (políticas de justiça criminal; projeto de prevenção ao crime; ou recomendações sobre um problema específico do crime etc).				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.				
<div>1. Criminologia como um campo de estudo<div>a. O que deve ser explicado<div>i. Significado geral do Desvio</div><div>ii. O que é crime?</div></div><div>b. Violência como problema público</div><div>c. Violência como um problema sociológico</div><div>d. Construção teórica</div></div> <div>2. Dados e métodos para mensurar a criminalidade<div>a. Tipos de dados e principais fontes</div><div>b. Implicações para política pública</div></div> <div>3. Vítimas e vitimização</div> <div>4. Criminologia Clássica</div> <div>5. Estrutura social e crime<div>a) A normalidade do crime / Anomia e crime</div><div>b) Teoria da Tensão, Subcultura e oportunidades diferenciais</div></div> <div>6. Associação Diferencial / Aprendizado Sociocultural do desvio / Técnicas de Neutralização</div> <div>7. A construção social do crime: Interacionismo simbólico e teoria dos rótulos</div> <div>8. Desorganização social e crime</div> <div>9. Controle Social e Teorias do Auto-Controle</div>				<div>CH REMOTA</div> <div>30h</div>
Bibliografia:				

WILSON, James Q. e HERRNSTEIN, Richard J. (1985): "Historical Trends in Crime", In Crime and Human Nature: The Definitive Study of the Causes of Crime. Simon & Shuster, Inc

Mosher, Clayton J., Terance D. Miethe and Dretha M. Phillips. 2002. The Mismeasurement of Crime. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. (Capítulo 2)

Bennett, Richard and James P. Lynch. 1990. "Does a difference make a difference? Comparing cross-national crime indicators" Criminology 28:153-182.

Cequeira, Daniel. 2013. "Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil". IPEA.

"An Essay on Crimes and Punishments" by Cesare Beccaria (Cullen pp. 27-30)

"Crime as a Rational Choice" by Derek B. Cornish and Ronald V. Clarke (Cullen pp. 437-442)

DURKHEIM, Emile (1960). "Regras Relativas à Distinção entre Normal e Patológico", in As Regras do método Sociológico, trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Companhia Editora Nacional: pags. 45-73.

COLLINS, Randall (1982). "The Normalcy of Crime", Cap. 5, In Sociological Insight: An Introduction to Nonobvious Sociology. Oxford University Press. New York/Oxford: pp. 86-118. (v. tradução)

MERTON, Robert K. (1968). "Estrutura Social e Anomia", in Sociologia: Teoria e Estrutura. Ed. Mestre Jou. São Paulo: págs. 203-270.

CLOWARD, Richard e OHLIN, Lloyd (1993). "Illegitimate Means and Delinquent Subcultures". In Ponte, Henry N. Social Deviance. Prentice Hall, Englewood Cliffs. New Jersey: págs. 58-63.

SUTHERLAND, Edwin H. (1993). "Differential Association", In Pontell, Henry M. (1993) Social Deviance: Reading in Theory and Research. Prentice Hall. Englewood Cliffs, New Jersey. págs. 194-196.

_____ (1937). The professional Thief. Caps. I e IX. The University of Chicago Press. Chicago. págs. 3-27; 197-229.

AKERS, Ronald (1996). "Is Differential Association/Social Learning Cultural Deviance Theory?" Criminology, v.34 (2):229-47.

SYKES, Gresham e MATZA, David. 1993. "Techniques of Neutralization: A Theory of Delinquency" IN Deviant Behavior: A Text-Reader in the Sociology of Deviance, Kelly, Delos H., ed. New York: St. Martin's Press.

MATSUEDA, Ross L. (1992). "Reflected Appraisals, Parental Labeling, and Delinquency: Specifying a Symbolic Interactionist Theory". American Journal of Sociology, v.97, n.6 (May): 1577

BECKER, Howard (1977). Caps. 3,4,5,6 de Uma Teoria da Ação Coletiva. Ed. Zahar. São Paulo. págs. 53-121.

LEMERT, Edwin. 2014. "Beyond Mead: The Societal Reaction to Deviance" IN Understanding Deviance: Connecting Classical and Contemporary Perspectives, Tammy L. Anderson, ed., New York: Routledge

MISSE, Michel. 2010. "Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova, 79, 15-38.

Kubrin, Charis E. and Ronald Weitzer. 2003. "New Directions in Social Disorganization Theory" Journal of Research in Crime and Delinquency 40, 4:374-402.

SHAW, Clifford e MCKAY, Henry. 2014. "Juvenile Delinquency and Urban Areas" IN Understanding Deviance: Connecting Classical and Contemporary Perspectives, Tammy L. Anderson, ed., New York: Routledge

SAMPSON, Robert J. 2014. "Collective Efficacy Theory: Lessons Learned and Directions for Future Inquiry" IN Understanding Deviance: Connecting Classical and Contemporary Perspectives, Tammy L. Anderson, ed., New York: Routledge

GOTTFREDSON, Michael R. e HIRSCHI, Travis (1990). A General Theory of Crime. Stanford University Press. Stanford. Caps. 2, págs. 15-46, e caps. 5, 6, 7, 8, 9, 10, págs.123-216.

CALDEIRA, Teresa P. R. 2000. City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo, Berkeley, CA: University of California Press. Capítulos 7 e 9. (*)

CHAMBERLAIN J. (2015), Criminological Theory in Context

WINTERS, R. et al, (2014), An Introduction to Crime and Causation

Oxford Handbook of Criminology. Liebling, Alison; Shadd, Maruna; Lesley, Mara (eds.) Oxford University Press.

METODOLOGIA

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos para cada um dos tópicos propostos dentro da unidade:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva	150 minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 15 minutos)
Bibliografia básica	6 horas para leitura
Revisão do PPT	60 minutos
Preparação do exercício a ser entregue em cada unidade	100 minutos
Busca de outros recursos	100 minutos

Como forma de auferir a assiduidade dos alunos, serão verificados seus à página da disciplina no moodle, as respostas aos exercícios individuais propostos em cada uma das unidades e aos exercícios que devem ser entregues ao final do semestre.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Prova I – 15 pontos

Seminários e questões: 30 pontos

Prova II: 25 pontos

Trabalho final: 30 pontos

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e tarefas a serem entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;
- Youtube: com vídeos sobre o conteúdo apresentado em sala de aula;

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR:	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
Fundamentos de Estatística e Ciência de Dados em Criminologia	EST XXX	Teórica	Prática	Total
		35	10	45
NATUREZA (X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS: 30			
PROFESSOR(A): Marcos Oliveira Prates				
EMENTA				
Introdução à Estatística e Ciência de Dados em Criminologia. Visualização de dados: tipos de variáveis, gráficos e tabelas, medidas de posição e variabilidade. Introdução ao cálculo de probabilidade. Variáveis aleatórias discretas e contínuas e distribuições de probabilidade. Teste de Associação Qui-Quadrado, correlação e Regressão. Prática computacional através do software R				
OBJETIVOS				
A proposta do curso é introduzir fundamentos Estatísticos para análise de dados de crimes. As técnicas apresentadas apresentam um primeiro passo para o entendimento dos tipos de dados existentes, visualização e apresentação dos mesmos, assim como, técnicas de probabilidade e inferência para análise quantitativa de dados.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<i>Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.</i>				
Unidade I – Introdução a Linguagem R				CH REMOTA
Objetivos: Introduzir os discentes a linguagem Estatística R para análise de dados. Criando um nívelamento mínimo entre os alunos.				4h
Unidade II – Introdução ao pensamento Estatístico				6h
Objetivos: Apresentar os tipos de variáveis mais comuns, visualização adequada para mesmas e introduzir os conceitos de medidas de posição e variabilidade.				
Unidade III – Introdução ao Cálculo de Probabilidade				20h
Objetivos: definir os conceitos básicos de probabilidade no caso discreto e contínuo (probabilidade condicional, independência, média e variância). Introduzir as distribuições Bernoulli, Binomial e Normal e ensinar como calcular probabilidades com a mesma.				
Unidade IV – Teste de Hipótese e Regressão				15h
Objetivo: Introduzir o conceito de teste de hipótese. Ensinar teste de associação qui-quadrado para variáveis categorias. Apresentar o conceito de correlação para variáveis contínuas e introdução a regressão simples.				
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA				
BARBETTA, Pedro A. – Estatística Aplicada às Ciências Sociais 6ed. Editora da UFSC, 2006.				
SWEENEY, Dennis J.; ANDERSON, David R.; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à administração e economia. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 692 p.				

MCCLAVE, James T; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. Estatística para administração e economia. 10.ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2009. 871 p.

DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. Estatística aplicada à administração e à economia. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. xxii, 840 p.

MONTGOMERY, Douglas C., RUNGER, George C., CALADO, Verônica. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros. Grupo Gen-LTC, 2000.

WICKHAM, H., GROLEMUND G. R for Data Science. O'Reilly, 2017.

ALCOFORADO, L. F., LEVY, A. Visualização de Dados com Software R. LFA: Niterói, RJ, 2017. (e-book)

CRAWLEY, Michael J. The R Book. John Wiley & Sons, 2012.

Apostilas do Departamento de Estatística disponíveis em www.est.ufmg.br/portal/producao/relatorios-tecnicos
Videoaulas, slides, textos, forum de discussão serão disponibilizados no Moodle.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Para a avaliação será utilizada prioritariamente as ferramentas disponíveis no Moodle através de 3 Questionários (provas).

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
Demografia do Crime		Teórica	Prática	Total
		15		
NATUREZA () OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Bernardo Lanza Queiroz				
EMENTA				
Base de dados em Demografia, Modelos de Crescimento Populacional, Medidas Básicas de Demografia (Mortalidade, Fecundidade e Migração), Tabela de Vida, Estrutura Etária da População, Padronização Direta e Indireta, demografia e saúde pública, análise espacial de dados demográficos.				
OBJETIVOS				
Este curso vai se concentrar nos seguintes tópicos:				
1. Principais conceitos e métodos em demografia, relacionados à fecundidade, mortalidade e migração.				
2. Link entre alterações demográficas, resultados econômicos, sociais, de saúde pública e questões de política pública.				
3. Acesso a dados secundários para avaliar as tendências demográficas gerais em todo o mundo, países e dentro dos países e região. Visão geral da demografia de pequenas áreas e da relação entre demografia e geografia.				
4. Aplicações de métodos de análise demográfica para estudo da criminalidade				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
DETALHAMENTO DO CONTEÚDO E CRONOGRAMA (por semana)				CH REMOTA (semana e hrs)
1. O que é Demografia? Campo de Estudo da Demografia e suas Aplicações (1hr) a. Grupo de Foz: Cap. Caps 1 e 2				Total: 15 horas/aula
2. Base de Dados em Demografia (2hr) a. Grupo de Foz: Caps. 4 e 5				
3. Modelos de Crescimento Populacional (2 hr) a. Grupo de Foz: Cap. 7 b. Wachter: Cap. 2				
4. Medidas Básicas de Mortalidade e Fecundidade (3 hr) a. Grupo de Foz: Caps. 8 e 10 b. Wachter: Caps. 3 e 4				
5. A Tabela de Vida (3 hr) a. Grupo de Foz: Cap. 9 b. Wachter: Cap. 7				
6. Padronização e suas aplicações (2 hr)				
7. A relação da Demografia com os estudos de saúde e geografia (2 hr)				
METODOLOGIA				
Serão disponibilizados, no Moodle-Minha UFMG, conteúdo como notas de aula, textos e links para os vídeos com explicações do conteúdo. As aulas serão ministradas online, utilizando a plataforma Microsoft Teams, para discussão de material e resolução de exercícios. Os vídeos de todos os encontros serão disponibilizados no Microsoft Teams.				

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

serão realizadas entregas de atividades agendadas, conforme apresentado no cronograma, com base no material e textos apresentados. As atividades serão no formato de listas de exercícios. As soluções da lista serão postadas no Moodle após o fechamento da data de entrega. As atividades serão enviadas na opção “Tarefas” do Moodle – as atividades devem ser entregues em até 1 semana. O trabalho final, realizado em duplas, deverá ser entregue até o último dia de aula. As listas de atividade somam 60 pontos e o trabalho final 40.

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

Vídeos gravados pelo professore e colocados no Microsoft Teams e links no Moodle;
Notas de aula em pdf colocadas no Moodle;
Textos disponibilizados via Moodle;
Aulas online usando a plataforma Microsoft Teams

Referências Bibliográficas

1. FOZ, Grupo de **Métodos Demográficos Uma Visão Desde os Países de Língua Portuguesa**. São Paulo: Blucher, 2021. (<https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555500837-504/list#undefined>)
2. WACHTER, Kenneth W. **Essential demographic methods**. Harvard University Press, 2014.
3. PRESTON, Samuel; HEUVELINE, Patrick; GUILLOT, Michael. **Demography: Measuring and Modeling Population Processes**. 2000. **Malden, MA: Blackwell Publishers**, 2000.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA			
Métodos em Criminologia		Teórica	Prática	Total	
		30			
NATUREZA () OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:				
PROFESSOR(A): Bernardo Lanza Queiroz					
EMENTA					
Conteúdo conceitual de avaliação de políticas públicas inclui: discussão de conceitos e especificidades da avaliação; linguagem dos projetos; tipos de avaliação; modelos para a avaliação de impactos; metodologia da avaliação; estratégias para partir dos objetivos aos indicadores da avaliação; apresentação dos principais conceitos de indicadores sociais					
OBJETIVOS					
Esse curso tem como principais objetivos: (1) discutir os principais conceitos de avaliação de políticas públicas; e (2) aplicar tal conhecimento, juntamente com técnicas econométricas e bancos de dados, na avaliação de políticas públicas relacionadas a criminalidade.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
DETALHAMENTO DO CONTEÚDO E CRONOGRAMA (por semana)				CH REMOTA (semana e hrs)	
8. Avaliação: conceito e especificidade (1hrs)				Total: 30horas/aula	
9. Tipos de avaliação (2 hrs)					
10. Modelos para a avaliação de impactos (2hrs)					
11. Metodologia da avaliação (2 hrs)					
12. Dos objetivos aos indicadores da avaliação (2 hr)					
13. Causalidade (2hr)					
a. Análise de causalidade. – Problema da avaliação de impacto					
14. Avaliação utilizando experimentos (3 hr)					
a. Aleatorização no desenho de pesquisa. – Análise descritiva das bases de dados. – Testes de igualdade das médias e das distribuições					
15. Introdução aos métodos quase-experimentais (4hr)					
a. Traduzir a diferença de médias para uma linguagem de regressão linear. – Aplicar esta linguagem de regressão linear para desenho com grupo de pré-teste e pós-teste, assim como para desenho com comparação de grupo estático. – Análise de impacto com regressão linear. – Estimando heterogeneidade do impacto. – Viés causado por seleção, dados em branco ("missing") e falha no controle de fatores não-observáveis.					
16. Introdução Método de diferença em diferenças (2 hr)					
a. Estimação do modelo de diferença em diferenças. – Estimação do modelo de diferença em diferenças transversal (cross-section).					
17. Escore de propensão e método do escore de propensão de pareamento (2 hr)					
18. Introdução ao Método das Variáveis Instrumentais (3 hr)					
19. Métodos Qualitativas de Análise de Criminologia (4 hr)					
METODOLOGIA					

Serão disponibilizados, no Moodle-Minha UFMG, conteúdo como notas de aula, textos e links para os vídeos com explicações do conteúdo. As aulas serão ministradas online, utilizando a plataforma Microsoft Teams, para discussão de material e resolução de exercícios. Os vídeos de todos os encontros serão disponibilizados no Microsoft Teams.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

serão realizadas entregas de atividades agendadas, conforme apresentado no cronograma, com base no material e textos apresentados. As atividades serão no formato de listas de exercícios. As soluções da lista serão postadas no Moodle após o fechamento da data de entrega. As atividades serão enviadas na opção “Tarefas” do Moodle – as atividades devem ser entregues em até 1 semana. O trabalho final, realizado em duplas, deverá ser entregue até o último dia de aula. As listas de atividade somam 60 pontos e o trabalho final 40.

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

Vídeos gravados pelo professor e colocados no Microsoft Teams e links no Moodle;
Notas de aula em pdf colocadas no Moodle;
Textos disponibilizados via Moodle;
Aulas online usando a plataforma Microsoft Teams

Referências Bibliográficas

1. Cohen, Ernesto, e Rolando Franco. 1993. “Avaliação de projetos sociais.” Petrópolis: Vozes.
2. Jannuzzi, Paulo de Martino. 2006. “Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.” 3ª ed. Campinas: Editora Alínea.
3. Wooldridge, Jeffrey M. 2008. “Introdução à econometria: uma abordagem moderna.” São Paulo: Cengage Learning.
4. CUNNINGHAM, Scott. **Causal inference: The mixtape**. Yale University Press, 2021.
5. ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion**. Princeton university press, 2008.
6. Sampson, Robert J. *Shared beginnings, divergent lives*. Harvard University Press, 2009.
7. Copes, Heith, and J. Mitchell Miller, eds. *The Routledge handbook of qualitative criminology*. Routledge, 2015.
8. Artigos publicados em periódicos com aplicações empíricas de avaliação de políticas públicas (variável e atualizado)
 - a. SILVA, Bráulio Figueiredo Alves et al. Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, n. 2, 2018.
 - b. PEIXOTO, Betânia Totino et al. Avaliação do Programa Fica Vivo no município de Belo Horizonte. In: **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 35th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2007.
 - c. VOCHT, F.; CAMPBELL, R.; BRENNAN, A. C.; MOONEY, J.; ANGUS, C. H. M. Propensity score matching for selection of local areas as controls for evaluation of effects of alcohol policies in case series and quasi case-control designs. *Public Health*, v. 10, n. 1016, 2015.
 - d. Duflo, E., R. Glennerster, e M. Kremer. 2006. “Using Randomization in Development Economics Research: A Toolkit.” Centre for Economic Policy Research Discussion Paper, n. 6059, p. 1-75.
 - e. Altonji, J. G., T. E. Elder, C. R. Taber (2002). ‘An Evaluation of Instrumental Variable Strategies for Estimating the Effects of Catholic Schooling,’ Working Paper 9358, NBER, Cambridge MA. Published in *Journal of Human Resources* 40 (4): 791-821, 2005.
 - f. Ravallion, M. (2001). ‘The Mystery of the Vanishing Benefit: An Introduction to Impact Evaluation,’ *World Bank Economic Review* 15 (1): 115-140.

- g. RODRIGUES, Hugo S. A Differences-in-differences Approach to the UPP Policy and Crime Displacement in the City Neighborhoods and Metropolitan Area of Rio De Janeiro. 2020. Tese de Doutorado. Baylor University.
- h. BUSHWAY, Shawn D.; APEL, Robert J. Instrumental variables in criminology and criminal justice. In: Handbook of quantitative criminology. Springer, New York, NY, 2010. p. 595-612.
- i. LIN, Ming-Jen. Does unemployment increase crime? Evidence from US data 1974–2000. Journal of Human resources, v. 43, n. 2, p. 413-436, 2008.
- j. Maruna, Shadd, and Marieke Liem. "Where is this story going? A critical analysis of the emerging field of narrative criminology." *Annual Review of Criminology* 4 (2021): 125-146.
- k. Maruna, Shadd. "Mixed method research in criminology: Why not go both ways?." *Handbook of quantitative criminology*. Springer, New York, NY, 2010. 123-140.
- l. Topalli, Volkan, Timothy Dickinson, and Scott Jacques. "Learning from criminals: Active offender research for criminology." *Annual Review of Criminology* 3 (2020): 189-215.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Psicanálise e criminologia	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		15	0	15
NATUREZA () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Andréa Máris Campos Guerra				
EMENTA				
<p>Sob a lente da Psicologia, em especial da Psicanálise, discutiremos a distinção entre Lei Simbólica e lei jurídica e a corolária marcação na doutrina da Filosofia do Direito do jusnaturalismo e do juspositivismo, buscando estabelecer o estatuto da Lei. Na sequencia, tomaremos em foco a noção de força de lei e a violência para sua instauração e manutenção, trazendo a noção de superego para explicar sua injunção psíquica. Finalizaremos com a noção de crime e objeto criminogênico em sua vertente simbólica, imaginária e real, a partir da noção de crimes do <i>ego</i>, do <i>superego</i> e do <i>id</i>, cotejando a distinção entre culpa e responsabilidade, a partir da noção de assentimento subjetivo e de responsabilidades compartilhadas. Casos concretos serão trazidos para leitura analítica e formação crítica.</p>				
OBJETIVOS				
<p>A proposta do curso é pensar a lei e o crime na perspectiva psicológica, a partir dos marcadores clássicos da interface entre psicanalise e direito. Para isso, tomaremos em três tempos, numa lógica que vai do geral da estrutura universal da lei ao modo singular como o sujeito a ele assente, sua organização.</p> <p>O objetivo do curso é instrumentalizar o operador de justiça de um arsenal teórico-conceitual que lhe permita ler e interpretar, de maneira mais ecológica, o crime, com destaque na perspectiva subjetiva. Também visamos a construção de competências de intervenção que permitam um enquadre do crime ampliado pelas relações de conflito e tensão entre indivíduo e Estado, sujeito e cidadão. Finalmente, através de estudo de caso, buscaremos oferecer recursos analíticos que permitam ao corpo discente compor recursos analíticos e operacionais para sua prática concreta.</p> <p>Para tanto, este curso será estruturado em três tempos, cada qual orientado por uma questão chave pensada a partir de um caso da literatura, que serão analisados e respondidos pelos alunos ao longo das discussões, tanto no contexto da sala de aula, quanto na avaliação final que verifica a efetividade da transmissão realizada.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<i>Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.</i>				
Aula 1 – A criminologia sob a perspectiva da psicologia				CH
Lei e norma Jusnaturalismo e juspositivismo Subjetividade e Cidadania				5h
Objetivos: Compreender a distinção entre a lei jurídica e a lei inconsciente, que governa o ato criminoso nem sempre conjunto com a decisão racional, verificando seu efeito no ordenamento prática da justiça e da segurança pública.				

<p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Construção de um caso concreto – 2 x 50 min – 100 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade • Leitura de texto básico – 1 x 50 minutos <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Mannheim, Hermann; Bernard, Thomas J. Major Concepts And Theories. <i>Britannica</i>, 2021. Recuperado de: https://www.britannica.com/biography/Gresham-M-Sykes</p> <p>Legendre, Pierre. <i>O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática</i>. Petrópolis, Forense, 1983.</p> <p>Guyomard, Patrick. A Lei e as leis. In: Altoé, Sônia. <i>A lei e as leis: Direito e Psicanálise</i>. Rio de Janeiro, Revinter, 2007, p. 01-60.</p>	
<p><i>Aula 2 – Força de Lei e Superego</i></p> <p>Força Instauradora e Força Mantenedora da Lei Superego e injunção normatizante A lei do inconsciente e a lei dos homens</p> <p>Objetivos: Distinguir o impulso psíquico interno do superego da força externa de lei, aparato jurisdicional e policial de gestão da morte e da vida como elementos de autoridade legitimados, extraindo daí suas consequências para enquadre e gestão estatal do crime.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Construção de um caso concreto – 2 x 50 min – 100 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade • Leitura de texto básico – 1 x 50 minutos <p><i>Bibliografia Básica:</i></p> <p>Derrida, Jacques. <i>Força de Lei: o fundamento místico da autoridade</i>. São Paulo, Martins Fontes, 2010.</p> <p>Gerez-Ambertín, Marta. <i>As vozes do Supereu</i>. Caxias do Sul, EDCS, 2003.</p> <p>Mbembe, Achilles. <i>Necropolítica</i>. São Paulo, N-1, 2018.</p> <p>Schmidl, Fritz. Psychological and Psychiatric Concepts in Criminology. <i>Journal of Criminal Law and Criminology</i>, 37 (1), 1946-1947. Recuperado de: https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3372&context=jclc</p>	<p>CH</p> <p>5h</p>
<p><i>Aula 3 – Crime e Responsabilidade</i></p> <p>Objetivos: Apresentar a noção de crime a partir da distinção de sua incidência e de seu agenciamento psíquico, seja pelo <i>ego</i>, pelo <i>superego</i> ou pelo <i>id</i>, buscando elucidar a distinção entre culpa e responsabilidade face às noções clássicas de prevenção, punição e reparação.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Construção de um caso concreto – 2 x 50 min – 100 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade • Leitura de texto básico – 1 x 50 minutos 	<p>CH</p> <p>5h</p>

Bibliografia Básica:

Freud, Sigmund. Tipos Psicopáticos no palco: criminosos pelo sentimento inconsciente de culpa. In: _____. Coleção Imago. Rio de Janeiro, Imago, 1976, vo. VII, p. 321-324.

Lacan, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p.127-150.

Cottet, Serge. Criminologia Lacaniana. *Revista Assephalus*. Acesso em: http://www.isepol.com/assephalus/numero_08/traducao.html

METODOLOGIA

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos para cada um dos tópicos propostos dentro da unidade:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva	100 minutos (divididos em duas partes de 45 minutos, com intervalo de dez minutos)
Construção e discussão de caso	100 minutos (divididos em duas partes de 45 minutos, com intervalo de dez minutos)
Bibliografia básica	1 hora-aula para leitura
<i>Extras:</i>	
Revisão do PPT da professora	30 minutos
Preparação do exercício final	60 minutos
Busca/Uso de outros recursos audiovisuais	60 minutos

Como forma de auferir a assiduidade dos alunos, serão verificadas as presenças online e o envio de um parágrafo de 500 palavras resumindo cada aula via Moodle ou GoogleGroups da turma.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, sendo entregue, dois dias após cada aula, um resumo de 500 palavras sobre o conteúdo da aula e o texto lido. Eles serão enviados via Moodle, WhatsApp ou googlegroups da turma (20 pontos cada num total de 60 pontos).

Além da escrita individual, serão constituídos grupos para discussão dos casos, que serão trabalhados em aula. No primeiro tempo, o grupo discutirá e escreverá um texto sobre seguintes tópicos referentes ao caso:

I – cena objetiva: cena do crime, relato do criminoso, decisão judicial;

II – cena sociossubjetiva: motivação, relação com a lei, responsabilização.

Esse trabalho será lido e discutido com toda a turma no segundo tempo e, posteriormente, enviado via Moodle ou GoogleGroups da turma (40 pontos).

Somados, teremos o total de 100 pontos.

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle ou GoogleGroups: com a organização dos textos e tarefas a serem entregues;
- Zoom: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;
- Youtube: com vídeos sobre o conteúdo apresentado em sala de aula;
- Grupo de Whatsapp: para comunicados sobre a sala de aula.

Módulo 2 - Espaço urbano e policiamento

Nesta etapa do curso, serão discutidos conceitos relacionados à construção de mecanismos de controle no espaço urbano, os quais perpassam não apenas o policiamento previsto em políticas públicas estatais. Serão incluídas também questões relacionadas à provisão de serviços em diversos níveis (municipais, estaduais e federais) e por distintas organizações (públicas e privadas). Uma distinção importante neste caso é entre os modelos legais e ilegais (como é o caso das milícias) que tendem a ser particularmente visíveis na realidade latino-americana. Para tal fim, foram reservadas 60 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas: Espaço urbano e controle social, Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada e Modelos de policiamento (públicos e privados). Os programas, tal como preparados pelos professores após os workshops de dezembro de 2021, seguem apresentados nesta ordem.

[illegible]

Discussão sobre os efeitos de novas tecnologias (privatização de espaços públicos, e tecnologias de reconhecimento facial ou vigilância eletrônica) para o controle dos espaços urbanos e das condutas criminais.	
---	--

METODOLOGIA

A disciplina será organizada a partir da realização de 5 encontros síncronos em plataforma de comunicação virtual a ser definida, gravados, com 02 horas/aula de duração. A proposta é que nesses encontros, os estudantes já tenham tido contato com a bibliográfica básica indicada para aquela semana de atividades e que o tempo seja utilizado para o debate acerca dos temas suscitados pelo material.

A cada semana, os estudantes dedicarão a 3ª hora/aula correspondente à carga horária semanal para a construção de uma reação crítica a um conceito ou argumento apresentado e discutido na atividade síncrona. O texto deverá ser submetido à docente, por meio da plataforma de avaliação, até a data do próximo encontro.

A 5ª e última semana de atividades será dedicada à organização de um seminário construído em grupo de, no máximo 03 pessoas. O seminário terá uma dinâmica baseada nos TED Talks (no inglês, “Technology; Entertainment; Design”). É esperado que cada grupo produza (em vídeo) ou apresente ao vivo uma pequena apresentação (no máximo 5 min) em que discutam os limites e as vantagens de uma política pública nacional ou internacional que se baseie nos argumentos das abordagens sobre vizinhanças (com foco nas relações interpessoais ou na vigilância dos espaços públicos).

Referências

BEATO, Claudio. 2010 Urbanização e violência. In Crime e Cidades. Ed. UFMG.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo em Perspectiva. 2004, v. 18, n. 1, pp. 168-176. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100020>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhood and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. Science, [s. l.], v. 277, n. 5328, p. 918–924, 1997.

SAMPSON, Robert J. (2012) Neighborhood Effects: The Evolution of an Idea. In: SAMPSON, Robert J. Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect. University of Chicago Press, p 31-49

COHEN, Lawrence; Felson, Marcus; Land, Kenneth C. 1980. Property Crime Rates in the United States: A macrodynamic Analysis, 1947-1977”. American Journal of Sociology, v.86,n.1:90-119.

CROWE, Timothy D. Crime prevention through environmental design: Applications of architectural design and space management concepts. Butterworth-Heinemann, 2000. p. 13-63

BROWNING, C. R.; DIETZ, R. D.; FEINBERG, S. L. The Paradox of Social Organization: Networks, Collective Efficacy, and Violent Crime in Urban Neighborhoods. Social Forces, [s. l.], 2004.

CERDÁ, M. et al. The limits of collective efficacy: Investigating the influence of neighborhood context on levels of violence. In: AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION ANNUAL MEETING, BOSTON, MA. AVAILABLE ONLINE FROM. [HTTP://CITATION. ALLACADEMIC. COM/META/P241636_INDEX. HTML](http://citation.allacademic.com/meta/p241636_index.html) 2008, Anais... [s.l: s.n.]

- ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos - CEBRAP*, [s. l.], n. 84, p. 175–196, 2009.
- BLOKLAND, Talja; NOORDHOFF, Floris. The weakness of weak ties: Social capital to get ahead among the urban poor in Rotterdam and Amsterdam. In: BLOKLAND, Talja; SAVAGE, Michael (Eds.). *Networked Urbanism: Social Capital in the City*. [s.l.] : Routledge, 2008. p. 105–126.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Manter a ordem nas periferias de São Paulo: Coexistência de dispositivos normativos na ‘era PCC’. *Ilegalismos, cidade e política*, p. 100-125, 2012.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 545–591, 2007.
- TELLES, VERA DA SILVA; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas : nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, [s. l.], 2007.
- LACOE, J. SHARKEY, P. 2016. “Life in a Crime Scene: Stop, Question, and Frisk Activity in New York City Neighborhoods in the Aftermath of Homicides.” *Sociological Science* 3:116-134.
- SHARKEY, P.; FABER, J.. 2014. “Where, When, Why, and For Whom Do Residential Contexts Matter? Moving away from the Dichotomous Understanding of Neighborhood Effects.” *Annual Review of Sociology* 40:559-579.
- MELGAÇO, L. A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 1, p. 81-106, 2012.
- PERON, A. E. R.; ALVAREZ, M. C. . Governing the City: The Detecta Surveillance System in São Paulo and the Role of Private Vigilantism in the Public Security. *Sciences & Actions Sociales*, v. N° 12, p. 33-68, 2019.

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

Vídeos gravados pelo professore e colocados no Microsoft Teams e links no Moodle;
Notas de aula em pdf colocadas no Moodle;
Textos disponibilizados via Moodle;
Aulas online usando a plataforma Microsoft Teams

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
Modelos de Policiamento		Teórica	Prática	Total
		15		
NATUREZA () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Cláudio Chaves Beato Filho				
EMENTA				
História da polícia. Modelo profissional, policiamento comunitário e policiamento orientado para a solução de problemas.				
OBJETIVOS				
O objetivo maior deste curso é compreender como as agências policiais são um produto de seu ambiente histórico, social, econômico, político e legal. Dentro desta estrutura, o curso fará um levantamento do desenvolvimento histórico da aplicação da lei, da estrutura e organização do policiamento, da socialização e das personalidades de trabalho dos policiais, do papel da discricção na tomada de decisões, da corrupção policial, da aplicação da lei de drogas, do policiamento em relação à questões de raça e gênero, da brutalidade policial e uso de força letal, das políticas de aplicação da lei e controle e prevenção do crime, do policiamento comunitário, do policiamento orientado para problemas, do legado de e perspectivas de reforma.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
DETALHAMENTO DO CONTEÚDO E CRONOGRAMA (por semana)				CH REMOTA (semana e hrs)
Tema 1 - As origens do policiamento numa perspectiva comparada Europa Monet, Jean Claude. 2001.Caps., 2 e 3, “Nascimento das polícias modernas” e “Os modelos de polícia na Europa”. In Monet, J.C. Polícias e Sociedades na Europa. EDUSP. SP América Latina Rico, José Maria e Chinchilla, Laura. Cap. 1. Algunas Lecciones de la Historia. P.34-45. Inglaterra Lane, Roger. 1992. “Urban Police and Crime in Nineteenth-Century America”. In Tonry, Michael e Morris, Norval (eds.) <i>Modern Policing. Crime and Justice</i> , vol. 15. The University of Chicago Press, Chicago/London: 1-50. Estados Unidos Reiner, Robert. 1992. <i>The Politics of the Police</i> . Cap. 1 pp.11-56. University of Toronto Press. Toronto/Buffalo Steinberg, A. (1989). “The rise of state prosecution”. The transformation of criminal justice, Philadelphia, 1800-1880. Univ of North Carolina Press. (Pp. 119 a 171) <u>Texto para a apresentação:</u> Frühling, H. (2009). Research on Latin American police: Where do we go from here?. Police Practice and Research: An International Journal, 10(5-6), 465-481.				Total: 30 horas/aula
Tema 2 – Dilemas do controle das polícias Bayley, David. (2001). “O controle da polícia”. Em <i>Padrões de Policiamento</i> . Edusp. (Pp.173-201) Ianni, Elizabeth Reuss e Ianni, Francis A.J. 1983. “Street Cops and management Cops: The Two Cultures of Policing. In Punch, Maurice (org.) 1983. <i>Control in the Police Organization</i> . The MIT Press. Cambridge/ Massachusetts, London/England: 251-276.				

Reiner, Robert. 2013. Who Governs? Democracy, plutocracy, Science and prophecy in policing. In *Criminology and Criminal Justice* 13(2) 161-180

Waddington, P.A.J. 1999. "Police (canteen) sub-culture". In *British Journal Criminology*, v.39, n.2.

Texto para a apresentação: Lemgruber, J., Musumeci, L., Cano, I., Miranda, A. P., & Travassos, S. (2003). Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record. (capítulo 2 – Pp.35-71)

Tema 3 – Efetividade e gestão de processos das organizações policiais

Braga, Anthony. 2015. "Crime and Policing Revisited". *New Perspectives in Policing*. Harvard Kennedy School. NIJ.

Beato, Claudio C.; Silva, Bráulio, Tavares, Ricardo. 2008. Crime e Estratégias de policiamento. Dados (Rio de Janeiro). , v.51, p.51 - , 2008.

Weisburd, David e Neyroud, Peter. 2011. "Police Science: toward a new paradigm". *New Perspectives in Policing*. Harvard Kennedy School. NIJ.

Eck, J. E., & Maguire, E. R. (2000). Have changes in policing reduced violent crime? An assessment of the evidence. *The crime drop in America*, 207, 228.

Texto para a apresentação: Beato Filho, C., & Ribeiro, L. (2016). Discutindo a reforma das polícias no Brasil. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 16(4), 174-204.

Tema 4 – A polícia em ação: dilemas da consolidação democrática

Paixão, A. L. (1982). A organização policial numa área metropolitana. *Dados*, 25(1), 63-85.

Mingardi, G. (1992). Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil. *Scritta Editorial*, 1991. (p. 21-69)

Paixão, L. A. (1988). Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Vértice. (PP. 168-199)

Sapori, L. F. (2007). Os desafios da polícia brasileira na implementação da 'ordem sob a lei'. *RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo (coords.). Polícia, democracia e sociedade*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris. (Pp. 97-137)

Texto para a apresentação: Paixão, A. L. (1995). O problema da polícia: Violência e participação política no Rio de Janeiro. *Série Estudos*.

Tema 5 – A letalidade policial

Skolnick, Jerome H. e Fyfe, James J. 1993. *Above the Law: Police and the Excessive Use of Force*. The Free Press. A Division of Mcmillan Inc. N.York/ Toronto/ Oxford/ Singapore/ Sydney. Cap. 5. Pp.89-113

Daniels, R. (2000). The crisis of police brutality and misconduct in America. *Police brutality: an anthology*. New York: WW Norton & Company, (pp. 240-260).

Gabaldon, L. G. (1993). Police violence and uncertainty in Latin America: linking the macro-and micro-levels of analysis. *International Criminal Justice Review*, 3(1), 44-59.

Cruz, J. M. (2016). State and criminal violence in Latin America. *Crime, Law and Social Change*, 66(4), 375-396.

Texto para a apresentação: Neto, Paulo Mesquita (1999). Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 129-148, 1999.

<p>METODOLOGIA</p> <p>Serão disponibilizados, no Moodle-Minha UFMG, conteúdo como notas de aula, textos e links para os vídeos com explicações do conteúdo. As aulas serão ministradas online, utilizando a plataforma Microsoft Teams, para discussão de material e resolução de exercícios. Os vídeos de todos os encontros serão disponibilizados no Microsoft Teams.</p>	
<p>ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO</p> <p>serão realizadas entregas de atividades agendadas, conforme apresentado no cronograma, com base no material e textos apresentados. As atividades serão no formato de listas de exercícios. As soluções da lista serão postadas no Moodle após o fechamento da data de entrega. As atividades serão enviadas na opção “Tarefas” do Moodle – as atividades devem ser entregues em até 1 semana. O trabalho final, realizado em duplas, deverá ser entregue até o último dia de aula. As listas de atividade somam 60 pontos e o trabalho final 40.</p>	
<p>TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS</p> <p>Vídeos gravados pelo professore e colocados no Microsoft Teams e links no Moodle; Notas de aula em pdf colocadas no Moodle; Textos disponibilizados via Moodle; Aulas online usando a plataforma Microsoft Teams</p>	

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
Políticas públicas de segurança em perspectiva comparada		Teórica	Prática	Total
		15		
NATUREZA () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Cláudio Chaves Beato Filho				
EMENTA				
Ciclo de políticas públicas. Avaliação de políticas públicas. O que funciona, o que não funciona e o que parece promissor. Caminhos para políticas públicas de segurança mais eficientes.				
OBJETIVOS				
O objetivo maior deste curso é compreender como se estrutura uma política pública, quais são os elementos que condicionam a avaliação de uma política pública, os principais dilemas na implementação de políticas públicas por evidência no Brasil.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>Tema 1 – O ciclo de políticas públicas GUSFIELD, Joseph R. Constructing the ownership of social problems: Fun and profit in the welfare state. Social problems, v. 36, n. 5, p. 431-441, 1989. RAEDER, Savio Túlio Oselieri. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Perspectivas em políticas públicas, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.</p> <p>Tema 2 – Avaliação de políticas públicas BEATO, Claudio. Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública. Editora UFMG, 2008. SHERMAN, Lawrence W. et al. Preventing crime: What works, what doesn't, what's promising: A report to the United States Congress. Washington, DC: National Institute of Justice, 1997. SHERMAN, Lawrence W. Reducing gun violence: what works, what doesn't, what's promising. Persp. on Crime & Just., v. 4, p. 69, 1999.</p> <p>Tema 3 – Políticas públicas de segurança no Brasil BEATO FILHO, Claudio Chaves. Crime e cidades. Belo Horizonte: UFMG, 2012. KOPITTKE, Alberto Liebling. Segurança pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. KOPITTKE, Alberto LW; RAMOS, Marília Patta. O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. Revista de Administração Pública, v. 55, p. 414-437, 2021.</p> <p>Tema 5 – Para onde vamos? CORTEZ ZAMBRANO, Sonia. Derechos Humanos en las políticas de paz y posconflicto en Colombia. Via Inveniendi et Iudicandi, ISSN-e 1909-0528, Vol. 11, N°. 1, 2016 ESTRADA, Fernando et al. Políticas de seguridad contra el narcotráfico: México, Brasil y Colombia. Revista Análisis Político nº 86, Bogotá, enero-abril, 2016: págs. 3-34. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v29n86/v29n86a01.pdf AROCENA, Felipe; AGUIAR, Sebastian. Tres leyes innovadoras en Uruguay. Aborto, matrimonio homosexual y regulación de la marijuana. Revista de Ciencias Sociales, vol. 30, núm. 40, Montevideo, enero 2017. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S079755382017000100003&script=sci_arttext</p>				CH REMOTA (semana e hrs)

METODOLOGIA

Serão disponibilizados, no Moodle-Minha UFMG, conteúdo como notas de aula, textos e links para os vídeos com explicações do conteúdo. As aulas serão ministradas online, utilizando a plataforma Microsoft Teams, para discussão de material e resolução de exercícios. Os vídeos de todos os encontros serão disponibilizados no Microsoft Teams.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

serão realizadas entregas de atividades agendadas, conforme apresentado no cronograma, com base no material e textos apresentados. As atividades serão no formato de listas de exercícios. As soluções da lista serão postadas no Moodle após o fechamento da data de entrega. As atividades serão enviadas na opção “Tarefas” do Moodle – as atividades devem ser entregues em até 1 semana. O trabalho final, realizado em duplas, deverá ser entregue até o último dia de aula. As listas de atividade somam 60 pontos e o trabalho final 40.

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

Vídeos gravados pelo professor e colocados no Microsoft Teams e links no Moodle;
Notas de aula em pdf colocadas no Moodle;
Textos disponibilizados via Moodle;
Aulas online usando a plataforma Microsoft Teams

Módulo 3 - Prevenção ao crime

Consiste na apresentação de conceitos básicos relacionados às ações e intervenções manejadas para a prevenção do crime e da vitimização em distintos níveis (individuais, familiares e comunitários). Problematisa também os limites e possibilidades de políticas de prevenção já implementadas no Brasil, com destaque para aquelas que tiveram lugar no estado de Minas Gerais. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas: Prevenção e tratamento do crime e do criminoso, Política criminal e resolução de conflitos e Vitimização (teoria e padrões). Os programas dos cursos seguem apresentados nesta ordem.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR:	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
Prevenção do Crime		Teórica	Prática	Total
		15	0	15
NATUREZA (X) OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Andréa Maria Silveira				
EMENTA				
Este curso apresenta os contornos gerais e introdutórias de programas de prevenção ao crime e a violência e será centrado na apresentação do conceito de prevenção ao crime, dos fatores de risco que favorecem a inserção em ações criminosas, nos fundamentos teóricos de programas prevenção e das práticas prevenção ao crime baseadas em contextos e estratégias específicas: comunidades, ambiente, policiamento e desenvolvimento social de crianças e adolescentes.				
OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none">• Apresentar o conceito de prevenção ao crime• Discutir fatores de risco ao crime (pessoais, familiares, comunitários e ambientais)• Identificar e distinguir os níveis de prevenção ao crime baseados no modelo de prevenção da saúde pública• Conhecer a prevenção do crime através do design ambiental e outras intervenções no ambiente• Conhecer a prevenção do crime por meio das intervenções na comunidade• Conhecer a prevenção do crime por meio de modelos de policiamento• Conhecer a prevenção do crime baseados no desenvolvimento social de crianças e adolescentes• Compreender a importância da avaliação dos programas de prevenção ao crime				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<i>Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.</i>				
Aula 1 – Introdução a Prevenção do Crime				
Objetivos: Compreender o conceito de prevenção ao Crime, os níveis de prevenção ao crime baseados no modelo de prevenção da saúde pública e os fatores de risco ao crime. Conhecer os princípios da política de prevenção ao crime baseada em evidências.				
Estratégias de ensino-aprendizagem:				
<ul style="list-style-type: none">• Aula expositiva síncrona – 120 minutos• Disponibilização do PPT com roteiro sucinto sobre os temas tratados na unidade• Leitura de texto básico – 60 minutos				

- Apresentação de experiências bem sucedidas de prevenção a violência intervindo que cada nível de prevenção (primária, secundária e terciária) 120 minutos

Bibliografia Básica:

Weisburd D., Farrington DP., Gill C. Introduction: What Works in Crime Prevention. In: What Works in Crime Prevention and Rehabilitation Lessons from Systematic Reviews. Springer Series on Evidence-Based Crime Policy. New York:Springer, 2016, p.1-14.

Lab, S.P. (2016). *Crime Prevention: Approaches, Practices, and Evaluations* (9th Edition).Chapter 2 “Crime Prevention” p. 33-44. Routledge: New York.

Silveira, A. M.. A prevenção do crime e a segurança comunitária. In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Ratton; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. (Org.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 539-546.

Nações Unidas: Escritório contra drogas e crime. Promovendo a prevenção ao crime: diretrizes e projetos selecionados. 2004. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_crime/Publicacoes/Promovendo_final.pdf

Silveira, A. M.. A prevenção do crime e a segurança comunitária. In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Ratton; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. (Org.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 539-546.

Pinheiro MMS. Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9915/1/td_2554.pdf

Aula 2- Estratégias de prevenção ao crime 1

Objetivos

- Conhecer a prevenção do crime através do design ambiental e outras intervenções no ambiente
- Conhecer a prevenção do crime por meio das intervenções na comunidade
- Conhecer a prevenção do crime por meio de modelos de policiamento

Estratégias de ensino-aprendizagem:

- Aula expositiva síncrona – 120 minutos
- Disponibilização do PPT com roteiro sucinto sobre os temas tratados na unidade
- Leitura de texto básico – 60 minutos
- Apresentação de experiências bem sucedidas de prevenção a violência que se orientaram pelos modelos discutidos 120 minutos

Bibliografia Básica:

Armitage R. Exploring the Theoretical Links between Design and Crim in. Armitage R *Crime Prevention through Housing Design Policy and Practice*. Crime Prevention and Security Management Series. London:Palgrave Macmillan, 2013 p. 9-27.

Lab, S.P. (2016). *Crime Prevention: Approaches, Practices, and Evaluations* (9th Edition). Chapter 4 “The Physical Environment and Crime Prevention,” p. 60-86. Routledge: New York.

Gill C. Community Interventions. In: What Works in Crime Prevention Springer Series on Evidence-Based Crime Policy. New York:Springer, 2016, p78-110

Banco Mundial. *Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina – Um Guia de Recursos para Municípios*, 2003

Aula 3 - Estratégias de prevenção ao crime 2

Objetivos:

- Conhecer a prevenção do crime baseados no desenvolvimento social de crianças e adolescentes
- Compreender a importância da avaliação dos programas e projetos de prevenção a violência

Bibliografia Básica:

Farrington DF, Ttofi MM, Lösel FA. Developmental and Social Prevention. In: What Works in Crime Prevention and Rehabilitation Lessons from Systematic Reviews. Springer Series on Evidence-Based Crime Policy. New York:Springer, 2016, p.16-76.

Silveira AM, Peixoto B. Manual de Avaliação de Programas de Prevenção da Violência. Brasília: : Organização Panamericana de Saúde, 2010. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_avaliacao_programas_violencia.pdf

Estratégias de ensino-aprendizagem:

- Aula expositiva síncrona – 120 minutos
- Disponibilização do PPT com roteiro sucinto sobre os temas tratados na unidade
- Leitura de texto básico – 60 minutos
- Apresentação de experiências bem sucedidas de prevenção a violência que se orientaram pelos modelos discutidos 120 minutos

METODOLOGIA

Serão utilizados os seguintes os seguintes recursos:

Estratégia de aprendizado
Aula expositiva disponibilizada no moodle
Leitura da Bibliografia indicada
Preparação do exercício a ser entregue em cada unidade

Como forma de auferir a assiduidade dos alunos, serão verificados seus acessos à página da disciplina no moodle, as respostas aos exercícios individuais propostos em cada uma das unidades. Os exercícios que devem ser entregues na aula subsequente.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Para a avaliação será utilizada prioritariamente as ferramentas disponíveis no moodle. São duas as estratégias de avaliação. A primeira consiste na apresentação de uma resenha crítica dos temas tratados em cada uma das aulas. Ela deve abordar (i) o que a aula se propunha a analisar, (ii) como os textos apontados como referências trabalham com essa questão, (iii) quais foram os temas e os problemas que mereciam ser considerados e não o foram, bem como problemas metodológicos identificados.

Para os alunos que participarem ativamente de todas as discussões realizadas ao longo do curso serão atribuídos 10 pontos de participação. Ou seja, com vistas a facilitar o aproveitamento dos alunos, a proposta é que seja realizada uma soma das pontuações abaixo descritas, que contam também com a data de entrega da mesma, a qual será realizada somente via moodle.

Temática	Valor
Resenha Aula I	30
Resenha Aula II	30
Resenha Aula III	30
Participação	10
Total	100

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e tarefas a serem entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas;
- E-mail: para comunicados sobre a sala de aula.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Política criminal e resolução de conflitos	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		30	0	30
NATUREZA: () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Camila Silva Nicácio				
EMENTA: Política criminal e resolução de conflitos.				
OBJETIVOS: Ao se debruçar sobre os conflitos, litígios e disputas em perspectiva comparada, a disciplina pretende trabalhar a dimensão cultural da resolução de conflitos. Objetiva, igualmente, apresentar os fundamentos dos principais processos de tratamento de conflitos, tais como adjudicação, arbitragem, conciliação, mediação, negociação e justiça restaurativa. A formação busca inscrever tais processos em uma abordagem de complementaridade, subsidiariedade ou alternatividade, enfatizando a necessidade de adequação ao caso concreto e a contribuição eventual de cada um à formatação de uma política criminal atenta aos direitos e garantias fundamentais.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O curso se divide em três unidades programáticas, assim como segue.				
<div><div><div>Unidade I – Dimensão cultural da resolução de conflitos</div><div>1.1 A natureza sociológica dos conflitos</div><div>1.2 A dimensão simbólica dos conflitos</div><div>1.3 As culturas e a resolução de conflitos</div><div>Unidade II – A administração de conflitos e suas arenas</div><div>2.1 A jurisdição e o império da lei oficial</div><div>2.2 Negociação, conciliação, mediação e o primado do contrato</div><div>2.3 Justiça restaurativa e abertura à interculturalidade</div><div>Unidade III: A política criminal frente à diversidade dos meios de resolução de conflitos</div><div>3.1. A questão da adequação dos meios de resolução</div><div>3.2. Resolução de conflitos e sensibilidades jurídicas</div><div>3.3. No campo, dilemas e impasses frente aos casos concretos</div></div></div> <div>CH REMOTA</div> <div>30h</div>				

METODOLOGIA

Procedimentos metodológicos e de avaliação

Aula síncrona

As aulas síncronas serão transmitidas pela plataforma *Teams* disponibilizada pela Universidade. O link será enviado com antecedência na página da disciplina criada no ambiente de aulas do aplicativo mencionado. Serão gravadas e disponibilizadas para consulta dos alunos.

Aula assíncrona e fóruns temáticos

A adoção de aulas assíncronas se deu em virtude das difíceis condições de acesso simultâneo, observadas no decorrer da experiência da Universidade com o ensino remoto. Desta forma, o conteúdo será apresentado pela professora e pelo estagiário de docência em forma de vídeo-aula.

O vídeo será remetido na mesma data das aulas. Além deste conteúdo, será aberto um Fórum Temático no sistema *Moodle*. Neste local, a equipe da disciplina proporá a discussão do conteúdo trabalhado em sala. Os alunos poderão enviar comentários ou comentar o que seus colegas tiverem opinado, como réplica.

Os comentários deverão conter no mínimo duas referências aos textos da bibliografia básica trabalhada na aula. Logo, as opiniões emitidas no Fórum serão avaliadas conforme a relevância acadêmica.

O Fórum Temático será aberto no dia da aula assíncrona em questão e será encerrado sempre na sexta-feira da mesma semana.

A participação nos Fóruns Temáticos é não-obrigatória e pode ser pontuada em até 10 (dez) pontos, como pontos extras.

Estudo Dirigido

Os estudos dirigidos serão compostos por um conjunto de questões dissertativas sobre a Unidade estudada. Valerão 30 (trinta) pontos cada um.

O estudo dirigido deve ser enviado no formato Word, com as seguintes especificações: folha A4; letra Times New Roman; tamanho 12; espaçamento simples entre linhas; margens de 2,5 cm. As referências devem ser citadas no final do trabalho, devendo ser adotado o sistema Autor/Data de citação. As citações com mais de 3 linhas devem ser formatadas com letra tamanho 10; recuo 4 cm; espaçamento simples.

Os trabalhos deverão ser postados no *Moodle*, na interface própria para *upload*.

Avaliação

A avaliação final será dissertativa, realizada no dia X e valerá 40 (quarenta pontos). As questões serão enviadas aos alunos via *Moodle* às 7h30, e os alunos terão até as 14h da mesma data para fazer o upload das respostas. Será aberta uma sala no *Teams* para dúvidas nas quais os alunos incorrerem no momento de realização da prova.

As respostas deverão ser enviadas na mesma folha de prova enviada aos alunos, em formato *Word*, simples. Devem ter no máximo 10 (dez) linhas de resposta para cada questão.

Exame Especial

O Exame Especial será realizado no dia X e serve para substituir qualquer atividade avaliativa perdida.

O exame será dissertativo. As questões serão enviadas aos alunos via *Moodle* às 7h30, e os alunos terão até as 14h da mesma data para fazer o upload das respostas. Será aberta uma sala no *Teams* para dúvidas nas quais os alunos incorrerem no momento de realização da prova.

As respostas deverão ser enviadas na mesma folha de prova enviada aos alunos, em formato *Word*, simples. Devem ter no máximo 15 (quinze) linhas de resposta para cada questão.

Bibliografia (disponível em: goo.gl/4YN9Tj):

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos médios para cada um dos tópicos:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva (síncrona e assíncrona)	Em média, 90 minutos

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Distribuição de pontuação	
Estudo dirigido	60 (30 + 30)
Avaliação	40

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e avaliação a ser entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS VIA TEAMS

DATA	ATIVIDADE	TEXTO BASE	TEMA
	AULA SÍNCRONA	Apresentação e discussão do Plano de Ensino, do conteúdo e da metodologia de trabalho. Conceitos introdutórios ao curso.	
UNIDADE I	AULA SÍNCRONA	SIMMEL, Georg 1983 “A natureza sociológica do conflito”, in Simmel. Organizado por Evaristo Moraes Filho (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, pp. 122-134.	Dimensão cultural da resolução de conflitos

UNIDADE I	AULA ASSÍNCRONA	CARDOSO DE OLIVERIA, Luís R. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. <i>Revista de Antropologia</i> , v 53, n. 2, p. 451-473, 2011. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? <i>Rev. bras. C. Soc.</i> , São Paulo, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008. .	Dimensão cultural da resolução de conflitos	
UNIDADE I	AULA SÍNCRONA	CHASE, Oscar G. Direito Cultura e Ritual: Sistemas de Resolução de conflitos no contexto da cultura comparada. 1. ed. Tradução de Sérgio Arenhart, Gustavo Osna. São Paulo: 2014.	Dimensão cultural da resolução de conflitos	
UNIDADE II	AULA ASSÍNCRONA	NADER, Laura. <i>Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos</i> . Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 26, ano 9, 1994, pp. 18-29. <u>NICÁCIO, C. S.</u> Desafios e impasses aos meios consensuais de tratamento de conflitos. Conciliação, um caminho para a paz social. 1ed.Curitiba: Jurua Editora, 2013, v. 1, p. 25-46.	A administração de conflitos e suas arenas	
UNIDADE II	AULA SÍNCRONA	LOPES, J. R. de L. (1994). Justiça e poder Judiciário ou a virtude confronto a instituição. <i>Revista USP</i> , (21), 22-33. LUCAS, Douglas C. A jurisdição entre crises e desafios. <i>Direito e Debate</i> . Ano X II nº 21, jan./jun. 2004, p.9- 43. SPENGLER, Fabiana Marion. A crise do estado e a crise da jurisdição: (in)eficiência face à conflituosidade social. <i>Revista Brasileira de Direito</i> , IMED, Vol. 7, nº 1, jan-jun 2011.	A administração de conflitos e suas arenas	
UNIDADE II	AULA ASSÍNCRONA	CAMPOS, Adriana P.; FRANCO, João Vítor S. A conciliação no Brasil e a sua importância como tratamento adequado de conflitos. <i>Revista de Direito Brasileira</i> São Paulo, SP v. 18 n. 7 p. 263 - 281 Set./Dez. 2017 .	A administração de conflitos e suas arenas	
UNIDADE II	AULA SÍNCRONA	NICÁCIO, Camila Silva, “Mediação para a autonomia, alteridades em diálogo”, in Maria Tereza Fonseca Dias (org.), <i>Mediação, cidadania e emancipação social</i> , Belo Horizonte, Editora Fórum, 2010, p. 151-168. <u>NICÁCIO, C. S.</u> Direito e mediação de conflitos: entre metamorfose da regulação social e administração plural da justiça. <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Impresso)</i> , v. 59, p. 11-56, 2011.	A administração de conflitos e suas arenas	
UNIDADE II	AULA ASSÍNCRONA <u>Envio de Estudo</u> <u>Dirigido da</u> <u>UNIDADE II</u>	JACCOUD, M. Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa. <i>In: Justiça Restaurativa</i> . Brasília: Ministério da Justiça / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005. p. 163-188. SLAKMON, C.; OXHORN, P. Micro-justiça, desigualdade e cidadania democrática: a construção da sociedade civil através da justiça restaurativa no Brasil. <i>In: SLAKMON, C. et al (Org.). Justiça Restaurativa</i> . Brasília: Ministério da Justiça/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005, p. 189-211. ZEHR, H. Avaliação e princípios da Justiça Restaurativa. <i>In: Novas direções na governança da justiça e da segurança</i> . Brasília: Ministério da Justiça, 2006. p. 411-417.	A administração de conflitos e suas arenas	

UNIDADE III	AULA SÍNCRONA	<p>CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Sensibilidade Cívica e Cidadania no Brasil. <i>Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia</i>, n. 44, Niterói, p. 34-63, 2018.</p> <p>CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Razão e Sentimento em Disputas Normativas. <i>Revista Brasileira de Sociologia das Emoções-RBSE</i>, v. 19, n. 57, pp. 31-41, dezembro, 2020.</p>	A política criminal frente à diversidade dos meios de resolução de conflitos	
UNIDADE III	AULA ASSÍNCRONA	<p>LIMA, Roberto Kant de. «Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada», <i>Anuário Antropológico</i> [Online], v.35 n.2 2010</p> <p>LIMA, Roberto Kant de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. <i>Revista de Sociologia e Política</i> [online]. 1999, n. 13 [Acessado 29 Junho 2021], pp. 23-38.</p>	A política criminal frente à diversidade dos meios de resolução de conflitos	
UNIDADE III	AULA SÍNCRONA	<p>AZEVEDO <u>Rodrigo Ghiringhelli</u>; SOUZA, Guilherme Augusto Dornelles de. Que "Paz" é essa? Os significados do conflito na cultura jurídica brasileira e a justiça restaurativa no Brasil. In: <i>Crime e Interdisciplinaridade</i> - Estudos em homenagem a Ruth Maria Chittó Gauer. EDIPUCRS, 2013.</p> <p>PARIZOTTO, Natália Regina. Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo. <i>Serv. Soc. Soc.</i>, São Paulo, n. 132, p. 287-305, maio/ago. 2018.</p>	A política criminal frente à diversidade dos meios de resolução de conflitos	
UNIDADE III	AULA ASSÍNCRONA	<p>MIRANDA, Ana Paula Mendes de, CORREA, Roberta de Mello, PINTO, Vinicius C. (2017), "Conciliação No Papel: O Tratamento Dado aos Casos de Intolerância Religiosa em Juizados Especiais Criminais no Rio de Janeiro". <i>Confluências</i> - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v.18: 21 – 43, 2017.</p> <p>NICÁCIO, C. S. Intolerância religiosa no Estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrências. <i>REVISTA DIREITO GV (ONLINE)</i>, v. 17, p. 1-25, 2021.</p>	A política criminal frente à diversidade dos meios de resolução de conflitos	
	AVALIAÇÃO Será disponibilizado exercício para ser feito durante o período de 1h20min. O exercício deverá ser feito e entregue nos limites do horário da aula.			
	EXAME ESPECIAL			

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Vitimologia	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		30	0	30
NATUREZA () OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS: 30			
PROFESSOR(A): Braulio Figueiredo Alves da Silva				
EMENTA				
Apresentar e discutir o conceito de vitimologia como um evento ou série de eventos que envolve não somente uma pessoa ou uma “coisa”, mas que requer um reconhecimento ou acordo societário de que algum dano foi feito. Nem toda vitimização é criminalizada e nem toda ação criminal tem uma vítima, diante disso, justifica-se a necessidade de definir vitimologia e vitimização e sobre como as forças sociais (política, mídia e normativa) moldam nossos pensamentos sobre quem é e quem não é vítima, por que algumas vítimas “contam mais” que outras e como o Sistema de Justiça deve responder à essas questões. Ao focar na vítima, ao invés do ofensor, busca-se compreender os motivos pelos quais alguns não reportam crimes às organizações policiais, como algumas vítimas podem compartilhar responsabilidades e como podem ser reparadas as perdas. O curso ainda pretende discutir os aspectos relativos a mensuração das taxas de vitimização e calculo de prevalência por grupos.				
OBJETIVOS				
A proposta do curso proporcionar aos discentes: (1) familiaridade com termos básicos, conceitos e ideias acerca de vitimologia; (2) Compreensão das principais explicações teóricas da vitimização criminal, acesso a literatura e análises empíricas sobre vitimologia e fatores de risco; (3) Compreensão dos métodos e medidas de vitimização; (4) Desenvolver uma compreensão sobre a relação entre vitimas e ofensores, vitimas e justiça criminal, e vitimização em diferentes contextos e culturas; (5) compreensão sobre natureza, tipo e prevalência de vitimização em distintos ambientes (casa e rua).				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.				
Unidade I – Introdução à Vitimologia e Vitimização Criminal, padrões e tendencias				CH REMOTA
Objetivos: Proporcionar conhecimento capaz de responder as seguintes questões: Como definir Vitimização? O que já sabemos? Como vitimização é distribuída no espaço, tempo e indivíduos? Como medir vitimização?				6h
Estratégias de ensino-aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos)Lista de exercícios (1) – 1 x 40 min – 40 minutosPPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade				
Bibliografia Básica:				

<p><i>Unidade II – Introdução à teoria de vitimologia e vitimização: alcances e limitações</i></p> <p>Objetivos: apresentar as principais abordagens teóricas sobre vitimização e debates atuais sobre o que não é explicado pelas teorias.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Lista de exercícios (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade • 	6h
<p><i>Unidade III – Externalidades decorrente da vitimização: Mídia, medo do crime e consequências</i></p> <p>Objetivos: discutir como a media molda a nossa compreensão de risco e vitimização criminal e como se busca calcular o risco de forma acurada. Debater como os eventos raros afetam a lei. Discutir como o medo do crime afeta os indivíduos, famílias, comportamentos, comunidades, escolas e trabalho.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Lista de exercícios (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade 	6h
<p><i>Unidade IV – Vítimas e Sistema de Justiça Criminal - Justiça restaurativa e prevenção</i></p> <p>Objetivo: Discutir quem são as principais vítimas de crimes, aceitabilidade de riscos e como se dá a relação entre as vitimas e o sistema de justiça criminal. Compreender as diversas abordagens sobre justiça restaurativa no âmbito da relação entre vitima e ofensores, bem como políticas de prevenção criminal</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Lista de exercícios (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade 	6h
<p><i>Unidade V – Abordagens temáticas de vitimização</i></p> <p>Objetivo: apresentar e debater as distintas formas de vitimização e contextos relacionados à: Violência domestica de gênero; maus-tratos de crianças e adolescentes, agressão sexual e psicológica</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Lista de exercícios (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade 	6h

METODOLOGIA

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos para cada um dos tópicos propostos dentro da unidade:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva	150 minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 15 minutos)
Bibliografia básica	6 horas para leitura
Revisão do PPT da professora	60 minutos
Preparação do exercício a ser entregue em cada unidade	100 minutos
Busca de outros recursos	100 minutos

Como forma de auferir a assiduidade dos alunos, serão verificados seus à página da disciplina no moodle, as respostas aos exercícios individuais propostos em cada uma das unidades e aos exercícios que devem ser entregues ao final do semestre.

Bibliografia:

KARMEN, A. Crime victims. An introduction to victimology. Cengage. 2016.

WOLHUTER, L; OLLEY, N. DENHAM, D. Victimology. Victimisation and Victim'Right. Routledge. 2009

DAIGLE, L. E. Victimology. A text/Reader. 2a Edition. 2018

GOODEY. Victims and Victimology. Research, Policy and Practice. Longman Criminology Series. 2005

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e tarefas a serem entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;
- Youtube: com vídeos sobre o conteúdo apresentado em sala de aula;
- E-mail: para comunicados sobre a sala de aula.

Módulo 4 - Lei e controle social

Este módulo como objetivo problematizar como funciona o sistema de justiça criminal e o sistema de justiça juvenil, desde uma perspectiva teórica (com a mobilização dos conceitos de Racionalidade Penal Moderna), mas também empírica por meio da discussão de pesquisas produzidas pela antropologia e sociologia jurídica. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas entre as seguintes disciplinas: Sociologia jurídica e do crime, Antropologia jurídica, Justiça juvenil, e Racionalidade Penal Moderna. Os programas de curso seguem apresentados nesta ordem.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Sociologia jurídica	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		30	0	30
NATUREZA: () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Ludmila Ribeiro				
EMENTA: As interseções entre as ciências sociais e os conteúdos jurídicos. A formação dos operadores do direito. Os padrões de tomada de decisão judicial. Algumas dimensões relacionadas ao pluralismo jurídico.				
OBJETIVOS: Reflexão sobre como se estruturou a sociologia jurídica no Brasil. Discussão sobre o processo de formação de profissionais do direito, com destaque para a preponderância do bacharelismo e da advocacia como profissão de prestígio. Problematização das metodologias de análise do processo de tomada de decisão.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O curso se divide em quatro unidades programáticas. A primeira discute os processos de formação do Estado no Brasil e o papel do sistema de justiça nesta equação. A segunda problematiza a formação jurídica brasileira, sublinhando como os bacharéis em direito forjaram a própria formação do Estado. A terceira analisa o funcionamento do sistema de justiça criminal, com destaque para a maneira como ocorre o processo de tomada de decisão. Por fim, são apresentadas algumas reflexões sobre os caminhos da sociologia jurídica no Brasil.				
Unidade 1 – Os processos de formação do Estado: o papel do sistema de justiça Objetivo: Apresentar como a formação do Estado no Brasil foi forjada como parte do empreendimento colonial, tendo como um dos eixos de sustentação o funcionamento do sistema de justiça criminal. <				

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. **CONPEDI- Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito**, v. 1, p. 203-223, 2006.

MENDONÇA, Ludmila; DUARTE, Thais Lemos. Do processo penal colonial à reforma processual penal de 2008: análise sócio-histórica do sistema de justiça criminal brasileiro. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 13, n. 1, 2011.

Unidade 2 – A formação jurídica nacional: profissões imperiais e elites jurídicas

Objetivo: Discutir a formação jurídica no Brasil, com destaque para as análises relacionadas ao papel das elites jurídicas na construção do mundo político.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2019. (capítulo 1 – pp. 37-87; capítulo 3 – pp. 105-175)

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. 1999. (Prólogo – Pp. 19-70)

BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 61-81, 1999.

SANTOS, André Marengo dos; DA ROS, Luciano. Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). **Revista de sociologia e política**, v. 16, n. 30, p. 131-149, 2008.

ALMEIDA, Frederico de. As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 52, p. 77-95, 2014.

RAMOS, Marcelo Maciel; CASTRO, Felipe Araújo. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 2, 2019.

Unidade 3 – Metodologias de análise para a tomada de decisão

Objetivo: compreender as diversas abordagens sobre o processo relacionado à produção da decisão jurídica em geral, com destaque para as pesquisas sobre Supremo Tribunal Federal e Justiça Criminal.

3.1 Textos sobre o Supremo Tribunal Federal

DAHL, Robert A. Tomada de Decisões em uma democracia: a Suprema Corte como uma entidade formuladora de políticas nacionais. **Revista de Direito Administrativo**, v. 252, p. 25-43, 2009.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocrazia: o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 1, p. 13-32, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BOGÉA, Daniel. O juiz constitucional me representa? O Supremo Tribunal Federal e a representação argumentativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020.

RIBEIRO, Leandro Molhano; ARGUELHES, Diego Werneck. Contextos da judicialização da política: novos elementos para um mapa teórico. **Revista Direito GV**, v. 15, 2019.

3.2 Textos sobre a justiça criminal

RAUPP, Mariana. As pesquisas sobre o “sentencing”: disparidade, punição e vocabulários de motivos. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 2, n. 2, 2015.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. A crença no princípio (ou mito) da imparcialidade judicial. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 7, n. 2, p. 203-223, 2020.

SAPORI, Luís Flávio. A administração da justiça criminal numa área metropolitana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p. 143-157, 1995.

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. Mecanismos sociais de decisões judiciais: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, v. 5, n. 10, 2018.

Unidade 4 – A sociologia jurídica no Brasil

Objetivos: Identificar quais são as contribuições do conhecimento sociológico para o estudo do direito no Brasil e a importância de um conhecimento que valorize o pluralismo jurídico.

FARIA, José Eduardo E., & CAMPILONGO, Celso Faria. **Sociologia jurídica no Brasil**. SA Fabris, 1991.

OLIVEIRA, Luciano. **Sua excelência o comissário: e outros ensaios de Sociologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004 (Direito, sociologia jurídica, sociologismo: notas de uma discussão – pp. 55-74; Não fale do Código de Hamurábi. p. 137-167)

WOLKMER, Antônio Carlos. Para uma sociologia jurídica no Brasil: desde uma perspectiva descolonial. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 4, n. 3, 2017.

WOLKMER AC, MALDONADO Bravo EE. Pluralismo jurídico diante do constitucionalismo latino-americano: dominação e colonialidade. **Cahiers des Amériques latines**. 2020 Dec 31;1(94).

METODOLOGIA

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos médios para cada um dos tópicos:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva	Em média, 90 minutos

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Procedimentos metodológicos e de avaliação

Aula síncrona

As aulas síncronas serão transmitidas pela plataforma *Teams* disponibilizada pela Universidade. O link será enviado com antecedência na página da disciplina criada no ambiente de aulas do aplicativo mencionado. Serão gravadas e disponibilizadas para consulta dos alunos.

Aula assíncrona e fóruns temáticos

A adoção de aulas assíncronas se deu em virtude das difíceis condições de acesso simultâneo, observadas no decorrer da experiência da Universidade com o ensino remoto. Desta forma, o conteúdo será apresentado pela professora e pelo estagiário de docência em forma de vídeo-aula.

O vídeo será remetido na mesma data das aulas. Além deste conteúdo, será aberto um Fórum Temático no sistema *Moodle*. Neste local, a equipe da disciplina proporá a discussão do conteúdo trabalhado em sala. Os alunos poderão enviar comentários ou comentar o que seus colegas tiverem opinado, como réplica.

Os comentários deverão conter no mínimo duas referências aos textos da bibliografia básica trabalhada na aula. Logo, as opiniões emitidas no Fórum serão avaliadas conforme a relevância acadêmica.

O Fórum Temático será aberto no dia da aula assíncrona em questão e será encerrado sempre na sexta-feira da mesma semana.

A participação nos Fóruns Temáticos é não-obrigatória e pode ser pontuada em até 10 (dez) pontos, como pontos extras.

Estudo Dirigido

Os estudos dirigidos serão compostos por um conjunto de questões dissertativas sobre a Unidade estudada. Valerão 20 (vinte) pontos cada um.

O estudo dirigido deve ser enviado no formato Word, com as seguintes especificações: folha A4; letra Times New Roman; tamanho 12; espaçamento simples entre linhas; margens de 2,5 cm. As referências devem ser citadas no final do trabalho, devendo ser adotado o sistema Autor/Data de citação. As citações com mais de 3 linhas devem ser formatadas com letra tamanho 10; recuo 4 cm; espaçamento simples.

Os trabalhos deverão ser postados no *Moodle*, na interface própria para *upload*.

Avaliação

A avaliação final será dissertativa, realizada no dia X e valerá 40 (quarenta pontos). As questões serão enviadas aos alunos via *Moodle* às 7h30, e os alunos terão até as 14h da mesma data para fazer o upload das respostas. Será aberta uma sala no *Teams* para dúvidas nas quais os alunos incorrerem no momento de realização da prova.

As respostas deverão ser enviadas na mesma folha de prova enviada aos alunos, em formato *Word*, simples. Devem ter no máximo 10 (dez) linhas de resposta para cada questão.

Exame Especial

O Exame Especial será realizado no dia X e serve para substituir qualquer atividade avaliativa perdida.

O exame será dissertativo. As questões serão enviadas aos alunos via *Moodle* às 7h30, e os alunos terão até as 14h da mesma data para fazer o upload das respostas. Será aberta uma sala no *Teams* para dúvidas nas quais os alunos incorrerem no momento de realização da prova.

As respostas deverão ser enviadas na mesma folha de prova enviada aos alunos, em formato *Word*, simples. Devem ter no máximo 15 (quinze) linhas de resposta para cada questão.

Distribuição de pontuação	
Estudo dirigido 1	20
Estudo dirigido 2	20
Estudo dirigido 3	20
Avaliação	40
Participação	10

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e avaliação a ser entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS VIA TEAMS

Semana	Assunto	Data
1	O processo de formação do Estado Nação	
2	O direito como uma profissão imperial	
3	As arcadas do bacharelismo	
4	As elites jurídicas	
5	Tomada de decisão no Supremo Tribunal Federal	
6	Tomada de decisão na justiça criminal	
7	Caminhos para a sociologia jurídica no Brasil	
8	Entrega do trabalho final	

REFERENDADO EM ____/____/2021 pelo Colegiado do curso de Graduação em _____, conforme determina o inciso II, art. 4º da Resolução CEPE Nº 02/2020, de 9 de julho de 2020.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Antropologia do direito	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		30	0	30
NATUREZA: () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Camila Silva Nicácio				
EMENTA: Antropologia do direito.				
OBJETIVOS: Reflexão sobre contribuições da Antropologia do direito para a compreensão de uma perspectiva jurídica plural e para fundamentação do direito em uma sociedade multicultural. Sensibilização das e dos estudantes para a potencialidade do debate interdisciplinar que envolve Antropologia e Direito, especialmente através de questões pertinentes ao tema dos direitos humanos. Análise de estudos brasileiros recentes relativos a questões tanto de impacto jurídico quanto de relevância antropológica, a exemplo da produção normativa, da resolução de conflitos, da reivindicação de direitos por minorias e da atuação das instituições e dos profissionais do direito.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O curso se divide em três unidades programáticas, como segue.				
Unidade I – Para conhecer o objeto disciplinar: conceitos, histórico e abordagens 1.1. Histórico de desenvolvimento da disciplina aqui e alhures. 1.2 Instrumentos de campo e importância/aporte da etnografia. 1.3 Conceitos fundamentais: cultura, civilização, sociedade, progresso, Ocidente... Unidade II – Constituição de campos de estudo da antropologia do direito.				CH REMOTA 30h

- 2.1 Justiça, lei e costume: o problema da “juridicidade” na antropologia do direito.
- 2.2 Cultura e resolução de conflitos.
- 2.3 Relativismo e etnocentrismo, os “usos da diversidade”.
- 2.4 - Dívida ou dádiva: apontamentos entre moral e direito.

Unidade III: Desafios emergentes: algumas discussões contemporâneas

- 3.1. Direito, gênero e sexualidade
- 3.2. Mineração, direito e resistências
- 3.3. Direito e religião

METODOLOGIA

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos médios para cada um dos tópicos:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva	Em média, 90 minutos

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Procedimentos metodológicos e de avaliação

Aula síncrona

As aulas síncronas serão transmitidas pela plataforma *Teams* disponibilizada pela Universidade. O link será enviado com antecedência na página da disciplina criada no ambiente de aulas do aplicativo mencionado. Serão gravadas e disponibilizadas para consulta dos alunos.

Aula assíncrona e fóruns temáticos

A adoção de aulas assíncronas se deu em virtude das difíceis condições de acesso simultâneo, observadas no decorrer da experiência da Universidade com o ensino remoto. Desta forma, o conteúdo será apresentado pela professora e pelo estagiário de docência em forma de vídeo-aula.

O vídeo será remetido na mesma data das aulas. Além deste conteúdo, será aberto um Fórum Temático no sistema *Moodle*. Neste local, a equipe da disciplina proporá a discussão do conteúdo trabalhado em sala. Os alunos poderão enviar comentários ou comentar o que seus colegas tiverem opinado, como réplica.

Os comentários deverão conter no mínimo duas referências aos textos da bibliografia básica trabalhada na aula. Logo, as opiniões emitidas no Fórum serão avaliadas conforme a relevância acadêmica.

O Fórum Temático será aberto no dia da aula assíncrona em questão e será encerrado sempre na sexta-feira da mesma semana.

A participação nos Fóruns Temáticos é não-obrigatória e pode ser pontuada em até 10 (dez) pontos, como pontos extras.

Estudo Dirigido

Os estudos dirigidos serão compostos por um conjunto de questões dissertativas sobre a Unidade estudada. Valerão 30 (trinta) pontos cada um.

O estudo dirigido deve ser enviado no formato Word, com as seguintes especificações: folha A4; letra Times New Roman; tamanho 12; espaçamento simples entre linhas; margens de 2,5 cm. As referências devem ser citadas no final do trabalho, devendo ser adotado o sistema Autor/Data de citação. As citações com mais de 3 linhas devem ser formatadas com letra tamanho 10; recuo 4 cm; espaçamento simples.

Os trabalhos deverão ser postados no *Moodle*, na interface própria para *upload*.

Avaliação

A avaliação final será dissertativa, realizada no dia X e valerá 40 (quarenta pontos). As questões serão enviadas aos alunos via *Moodle* às 7h30, e os alunos terão até as 14h da mesma data para fazer o upload das respostas. Será aberta uma sala no *Teams* para dúvidas nas quais os alunos incorrerem no momento de realização da prova.

As respostas deverão ser enviadas na mesma folha de prova enviada aos alunos, em formato *Word*, simples. Devem ter no máximo 10 (dez) linhas de resposta para cada questão.

Exame Especial

O Exame Especial será realizado no dia X e serve para substituir qualquer atividade avaliativa perdida.

O exame será dissertativo. As questões serão enviadas aos alunos via *Moodle* às 7h30, e os alunos terão até as 14h da mesma data para fazer o upload das respostas. Será aberta uma sala no *Teams* para dúvidas nas quais os alunos incorrerem no momento de realização da prova.

As respostas deverão ser enviadas na mesma folha de prova enviada aos alunos, em formato *Word*, simples. Devem ter no máximo 15 (quinze) linhas de resposta para cada questão.

Bibliografia (disponível em: goo.gl/4YN9Tj):

Distribuição de pontuação	
Estudo dirigido	60 (30 + 30)
Avaliação	40

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e avaliação a ser entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS VIA TEAMS

DATA	ATIVIDADE	TEXTO BASE	TEMA
	AULA SÍNCRONA	Apresentação e discussão do Plano de Ensino, do conteúdo e da metodologia de trabalho. Conceitos introdutórios ao curso (antropologia; direito; antropologia do direito; antropologia jurídica; antropologia legal).	
UNIDADE I	AULA SÍNCRONA	CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Olhar, ouvir e escrever: o trabalho do antropólogo. Revista de Antropologia. São Paulo. USP. 1996. V. 39. Nº 1. P.13-37; MALINOWSKI, Bronislaw, Objeto, Método e alcance desta pesquisa. In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Malinowski, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.	Importância etnográfica para a abordagem de antropologia do direito
UNIDADE I	AULA ASSÍNCRONA	KANT DE LIMA, Roberto. “Por uma antropologia do direito no Brasil”, <i>Ensaio de antropologia e de direito</i> . Rio de Janeiro, Lumen Iuris, 2009, p. 1-38. SCHWITZMEYER, Ana Lúcia Pastore, “O ensino da antropologia jurídica e a pesquisa em direitos humanos” In Nalini, José Renato e Carlini, Angélica Lucía (coord.). Direitos Humanos e Formação Jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2010 (p.137-153).	Histórico de desenvolvimento da disciplina aqui e alhures
UNIDADE I	AULA SÍNCRONA	LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. Paris, Unesco, 1952; Cf. “Raça e cultura”, p. 1-24; LABURTHE-TOLRA, Phillipe e WARNIER, Jean-Pierre. Etnologia e Antropologia. Petrópolis, Editora Vozes, 1997, p. 11-44	Algumas ferramentas conceituais: cultura; raça; civilização; progresso, sociedade.
UNIDADE I	AULA ASSÍNCRONA	NEMO, Philippe. O que é Ocidente? São Paulo: Martins Fontes. Introdução, p. 7-15. CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. Porto: Afrontamento, 1979. Cap. XI. A sociedade contra o Estado, p. 183-211	Cont. Algumas ferramentas conceituais: cultura; raça; civilização; progresso, sociedade.
UNIDADE II	AULA SÍNCRONA	DAVIS, Shelton H. (org.) - "Introdução". In: Antropologia do Direito. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 9-24; VILLAS-BOAS FILHO, Orlando, Juridicidade: uma abordagem crítica à monolatria jurídica enquanto obstáculo epistemológico, Revista Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 109 p. 281 - 325 jan./dez. 2014	Advento de um campo de predileção. Justiça, lei e costume: o problema da “juridicidade” na antropologia jurídica.
UNIDADE II	AULA ASSÍNCRONA	OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso, “A dimensão simbólica dos direitos e análise dos conflitos”, Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2010, v.53, nº 2 NICÁCIO, Camila Silva, “Mediação para a autonomia, alteridades em diálogo”, in Maria Tereza Fonseca Dias (org.), Mediação, cidadania e emancipação social, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2010, p. 151- 168.	Cont. Advento de um campo de predileção. Cultura e resolução de conflitos.
UNIDADE II	AULA SÍNCRONA	ROULAND, Norbert. Nos confins do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Cap. IV. O direito no plural, p. 162-178; SUPIOT, Alain. Homo Juridicus. Ensaio sobre a função antropológica do direito. São Paulo: Martins Fontes. Cap. 6. Unir a humanidade: do uso correto dos direitos do homem, p. 231-255) + vídeo sobre os “bolinhos de Jesus”	Cont. Advento de um campo de predileção. Relativismo e etnocentrismo, os “usos da diversidade”.
UNIDADE II	AULA ASSÍNCRONA	SANTOS, Boaventura de S., "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". In: BALDI, César Augusto - Direitos humanos na sociedade cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 239-277	Cont. Advento de um campo de predileção. Relativismo e etnocentrismo, os

	<u>Envio de Estudo</u> <u>Dirigido da</u> <u>UNIDADE II</u>	SEGATO, Rita Laura, "Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento dos direitos universais". <i>Mana</i> , n.1, vol. 12, abr/2006, p. 207-236	"usos da diversidade".	
UNIDADE II	AULA SÍNCRONA	GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> . vol. 13, nº 38. SHIMIZU, B. O homicídio e a dádiva: um exemplo de distanciamento entre antropologia e direito. <i>Revista Brasileira de Ciências Criminais</i> , v. 77, p. 203-218, 2009.	Dívida ou dádiva: apontamentos entre moral e direito.	
UNIDADE III	AULA ASSÍNCRONA	DEBERT, Guita Grin e GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> [online]. 2008, v. 23, n. 66, pp. 165-185. VIDAL, Julia. <i>Com sedas matei, com ferros morri</i> : sobre homicídios, inquéritos policiais e criminalização de travestis. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019, pp. 29-47.	Direito, violência, gênero e sexualidade	
UNIDADE III	AULA SÍNCRONA	ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O Desastre do rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In ZHOURI, A. (Org.) <i>Mineração, Violências e Resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil</i> , 1 ed. Marabá: Editorial Iguana, 2018, pp. 29-65. NADER, Laura. <i>Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos</i> . <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> nº 26, ano 9, 1994, pp. 18-29.	Mineração, direito e resistências	
UNIDADE III	AULA ASSÍNCRONA	MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil, <i>Novos Estudos</i> , Cebrap, 74, março 2006. NICÁCIO, C. S. Intolerância religiosa no Estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrências. <i>REVISTA DIREITO GV (ONLINE)</i> , v. 17, p. 1-25, 2021.	Direito e religião	
	AVALIAÇÃO Será disponibilizado exercício para ser feito durante o período de 1h20min. O exercício deverá ser feito e entregue nos limites do horário da aula.			
	EXAME ESPECIAL			

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Justiça Juvenil	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		30	0	30
NATUREZA () OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA		NÚMERO DE VAGAS: 30		
PROFESSOR(A): Frederico Couto Marinho / frederico@crisp.ufmg.br / fcfrederico9@gmail.com				
EMENTA Apresentação do percurso da construção histórica e sociológica do campo socio judiciário da criminalidade juvenil.				
OBJETIVOS A proposta do curso é colocar em perspectiva histórica e sociológica o campo socio judiciário da criminalidade juvenil como problema social, como problema público e como problema teórico.				
<p><i>Unidade I – O Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil em Perspectiva Internacional</i></p> <p>Objetivos: A resposta institucional a criminalidade juvenil se realiza no interior de um campo específico, o campo socio judiciário da criminalidade juvenil. Vamos identificar o surgimento e desenvolvimento de diferentes modelos no contexto internacional ao longo do século XX. A análise se dará em duas etapas: exposição do quadro legal e do quadro institucional (políticas públicas) destinados ao controle da criminalidade juvenil.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 150 min minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) • Intervalos: – 20 min x 2: 40 min • Atividades Assíncronas: 50 min • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Mendez, E. e Carranza J. A justiça penal da infância e da adolescência na América Latina: sistema legal, garantias de procedimentos e direitos humanos. Unicef, 1990.</p> <p>Tonry, Michael e Doob, Anthony. “Varieties of Youth Justice” In: Youth Crime and Youth Justice. Comparative and Cross-National Perspectives. Crime and Justice. A Review of Research, Vol. 31, The University of Chicago Press, 2004. pg. 1 - 20.</p>				<p>CH REMOTA</p> <p>4h</p>
<p><i>Unidade II – O Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil no Brasil</i></p> <p>Objetivos: Vamos analisar os diferentes modelos do campo socio judiciário da criminalidade juvenil no Brasil e suas continuidades e rupturas.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p>				<p>CH REMOTA</p> <p>4h</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 150 min minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) • Intervalos: – 20 min x 2: 40 min • Atividades Assíncronas: 50 min • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Rizzini, Irene. A criança e a Lei no Brasil: Revisitando a História (1822-2000). Brasília, DF: Unicef; Ed. Universitária, RJ, 2000.</p> <p>Cifali, Ana Claudia; Chies-Santos, Mariana e Alvarez, Marcos César. Justiça juvenil no Brasil: continuidades e rupturas, pp. 197-228. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 32, n. 3</p>	
<p><i>Unidade III – O Estatuto da Criança e do Adolescente e Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil</i></p> <p>Objetivo: Identificar as práticas, fluxos e conflitos entre as organizações e operadores do campo socio judiciário da criminalidade juvenil e seus impasses na execução do ECA.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 150 min minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) • Intervalos: – 20 min x 2: 40 min • Atividades Assíncronas: 50 min • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Paula, Liana e Lima, Renato S. Violência e Juventude: o sistema brasileiro de atendimento socioeducativo. Cadernos Adenauer IX, n. 4. RJ. 2009. pg. 71-82.</p> <p>Universidade Federal da Bahia; Ministério da Justiça. “Responsabilidade e garantias ao adolescente autor de ato infracional: uma proposta de revisão do ECA em seus 18 anos de vigência. 2010.</p>	<p>CH REMOTA</p> <p>4h</p>
<p><i>Unidade IV –Registros oficiais sobre Criminalidade Juvenil: Alcances e Potencialidades</i></p> <p>Objetivo: Apresentar e problematizar a mensuração oficial da criminalidade juvenil e seus desdobramentos no Sistema de Justiça Juvenil e Socioeducativo. As principais fontes de dados para mensuração e pesquisa sobre a criminalidade juvenil.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 120 min minutos (dividida em duas partes de 60 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) • Intervalos: – 20 min x 2: 40 min 	<p>CH REMOTA</p> <p>3h</p>

<ul style="list-style-type: none"> Atividades Assíncronas: 20 min <p>PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>FJP. 1988. Indicadores, Sociais de Criminalidade. Trabalho elaborado de acordo com o convênio SG nº 033/86 e o Termo de Renovação SG-003/87, celebrados entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério da Justiça - Programa Ruas em Paz.</p> <p>Kahn, Túlio. Medindo a criminalidade: Um Panorama dos Principais Métodos e Projetos Existentes. In: Fórum de Debates: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil. Org. Cerqueira, Daniel; Lemgruber, Julita e Musumeci, Leonarda, IPEA, 2000.</p>	
<p><i>Unidade V – Surveys de Vitimização e Auto reportagem sobre Criminalidade Juvenil: Alcances e Potencialidades</i></p> <p>Objetivo: Apresentar a mensuração independente da criminalidade juvenil, analisando não apenas suas aplicações e potencialidades, como também os limites e principais problemas inerentes as fontes de mensuração mais utilizadas para dimensionar o problema da criminalidade juvenil.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aula expositiva síncrona – 120 min minutos (dividida em duas partes de 60 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) Intervalos: – 20 min x 2: 40 min Atividades Assíncronas: 20 min <p>PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Hindelang, M. Hirschi, T and Weiss, Joseph. The Accuracy of Official and Self-Report Measures of Delinquency. Pp. 39-48. In: Juvenile Delinquency: Readings. Org. Weis, Joseph, Crutchfield, R and Bridges, G. Pine Forge Press, California, USA, 2001.</p> <p>Maguire, Mike. “Crime Statistics: The Data Explosion and its Implications”, pp. 322-375. In: The Oxford HandBook of Criminology. Oxford University Press, NY, 2002.</p>	<p>CH REMOTA</p> <p>3h</p>
<p><i>Unidade VI – A Construção Social do Crime (Teoria dos Rótulos): Seletividade Penal na Justiça Juvenil.</i></p> <p>Objetivo: O problema sociológico em torno da Seletividade Penal é entender quando o Estado acusa os indivíduos por suas infrações à legislação criminal, o devido processo legal é respeitado (especialmente dos grupos sociais vulneráveis)? Há preferências por tratar certos tipos de crimes? A Construção Social do Crime problematiza como o crime é produzido pela interação entre aqueles que tem legitimidade para acusar (policiais militares e civis, Promotoria, Juizado da Infância, Sistema Socioeducativo) e grupos sociais que não possuem recursos institucionais para se proteger de tal acusação.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aula expositiva síncrona – 150 min minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) Intervalos: – 20 min x 2: 40 min Atividades Assíncronas: 50 min PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p>	<p>CH REMOTA</p> <p>4h</p>

<p>Becker, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].</p> <p>Ferreira, P. M. Infração e censura, percursos da sociologia do desvio. <i>Análise Social</i>, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2-3.º), 635-667.</p> <p>Sinhoretto, Jacqueline. Seletividade penal e acesso à justiça. In: Lima, Renato S. de; Ratton, José L.; Azevedo, Rodrigo G. (Org.). <i>Crime, segurança e justiça no Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2014.</p>	
<p><i>Unidade VII – Criminologia do Curso de Vida (As Múltiplas Trajetórias dos Adolescentes Infratores)</i></p> <p>Objetivo: A abordagem teórica e metodológica da criminologia do curso de vida explica os fatores que influenciam o início, a persistência e a interrupção da trajetória infracional ao longo do curso de vida dos indivíduos. Têm como pressupostos: i) as mudanças com a idade na infração apresentam sequências e padrões estruturados; ii) a dependência do desenvolvimento da infração em relação ao desenvolvimento da trajetória biográfica, familiar, comunitária, escolar e institucional ao longo do curso de vida dos adolescentes. Ela foca os fatores determinantes da entrada, da continuidade e da desistência da atividade infracional e permite analisar as mudanças e as continuidades na atividade infracional ao longo do tempo, pois considera o ordenamento temporal e as mudanças nos fatores determinantes com a idade.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 150 min minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) • Intervalos: – 20 min x 2: 40 min • Atividades Assíncronas: 50 min • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Hagan, J. e Palloni, A. Crimes as social events in the life course: reconceiving a criminological controversy. <i>Criminology</i>, 26, 87-100, 1988.</p> <p>Sampson, R. J. & Laub, J. H. Crime and deviance over the life course: The salience of adult social bonds. <i>American Sociological Review</i>, 55, 609-627. 1990.</p> <p>Bazon, Marina Rezende; Komatsu, André Vilela; Panosso, Ivana Regina; Estevão, Ruth. Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental. <i>Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade</i>, 2011 (5): 59-87.</p>	<p>CH REMOTA</p> <p>4h</p>
<p><i>Unidade VIII – Políticas Públicas de Prevenção a Criminalidade Juvenil</i></p> <p>Objetivo: Apresentação e discussão através de exemplos do escopo e metodologia das abordagens da prevenção da criminalidade juvenil. Elas se assentam em diagnósticos robustos dos fatores de risco e de proteção e como eles afetam a chance de vitimização e de envolvimento dos jovens na criminalidade, no desenho e implementação de projetos customizados e na avaliação de impacto dos projetos (O que Funciona, O que Não funciona e O que Promete).</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 150 min minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 20 minutos, gravada para disponibilizar aos alunos) • Intervalos: – 20 min x 2: 40 min • Atividades Assíncronas: 50 min • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Rolim M. Capítulo 3: Prevenção e Fatores de Risco. In: Rolim M. <i>A síndrome da rainha vermelha, Policiamento e segurança pública no século XXI</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.</p> <p>Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências 2015. Núcleo de Estudos da Violência 2016.</p>	<p>CH REMOTA</p> <p>4h</p>

METODOLOGIA

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos para cada um dos tópicos propostos dentro da unidade:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva	150 minutos (dividida em três partes de 50 minutos, com dois intervalos de 20 minutos)
Bibliografia básica	6 horas para leitura
Revisão do PPT da professora	60 minutos
Preparação do exercício a ser entregue em cada unidade	100 minutos
Busca de outros recursos	100 minutos

Como forma de auferir a assiduidade dos alunos, serão verificados seus acessos à página da disciplina no moodle, as respostas aos exercícios individuais propostos em cada uma das unidades e aos exercícios que devem ser entregues ao final do semestre.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

São duas as estratégias de avaliação, uma resenha crítica dos temas tratados em cada uma das unidades. Ela deve abordar (i) o que a unidade se propunha a analisar, (ii) como os textos trabalham a questão, (iii) quais foram os temas. A segunda estratégia de avaliação consiste na confecção do trabalho final.

Data de entrega do trabalho	Temática	Valor
xx/xx/2022	Resenha Unidade I	7,5
xx/xx/2022	Resenha Unidade II	7,5
xx/xx/2022	Resenha Unidade III	7,5
xx/xx/2022	Resenha Unidade IV	7,5
xx/xx/2022	Resenha Unidade V	7,5
xx/xx/2022	Resenha Unidade VI	7,5
xx/xx/2022	Resenha Unidade VII	7,5
xx/xx/2022	Resenha Unidade VIII	7,5
xx/xx/2022	Entrega do trabalho final	40,0
Soma		100,0

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e tarefas a serem entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;
- E-mail: para comunicados sobre a sala de aula.

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS VIA TEAMS

Semana	Assunto	Data
1	O Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil em Perspectiva Internacional	xx/xx/2022
2	O Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil no Brasil	xx/xx/2022
3	O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Campo Socio Judiciário da Criminalidade Juvenil	xx/xx/2022
4	Registros oficiais sobre Criminalidade Juvenil: Alcances e Potencialidades	xx/xx/2022
5	Surveys de Vitimização e Auto reportagem sobre Criminalidade Juvenil: Alcances e Potencialidades	xx/xx/2022
6	A Construção Social do Crime (Teoria dos Rótulos): Seletividade Penal na Justiça Juvenil	xx/xx/2022
7	Criminologia do Curso de Vida (As Múltiplas Trajetórias dos Adolescentes Infratores)	xx/xx/2022
8	Políticas Públicas de Prevenção a Criminalidade Juvenil	xx/xx/2022

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: A teoria sistêmica da Racionalidade Penal Moderna.	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
	SOA ____	Teórica	Prática	Total
		15	0	15
NATUREZA () OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS: 30			
PROFESSOR(A): Carlos Frederico Braga da Silva				
EMENTA: Apresentação da teoria da Racionalidade Penal Moderna (doravante RPM), desenvolvida com base em pesquisas históricas e contemporâneas sobre a influência de sistemas de ideias na justiça criminal no Ocidente. A teoria descreve como o Direito Penal, no momento em que se distingue dos demais ramos (Civil, Administrativo, etc), fundou o atual programa autônomo regente das sanções penais no Ocidente.				
OBJETIVOS A proposta do curso é introduzir aos interessados os conceitos, princípios e os fundamentos da RPM, elaborada e desenvolvida há mais de duas décadas pelo grupo de pesquisa liderado pelo Professor Álvaro Pires, da Cátedra Canadense de Tradições Jurídicas e Racionalidade Penal, da Universidade de Ottawa, CA. (veja https://www.chairs-chaire.gc.ca/-/chairholders-titulaires/profile-eng.aspx?profileID=588). A atividade acadêmica objetiva que os participantes possam compreender o processo sócio-histórico e de surgimento da RPM no Ocidente, bem como identificar, sob um viés sociojurídico, os principais sistemas de ideias a justificar a punição no direito penal ocidental moderno: retribuição, dissuasão, prevenção geral, especial, e reabilitação na prisão. No curso, estruturado em cinco encontros, abordaremos a descrição sistêmica das ideias utilizadas para os raciocínios discursivamente institucionalizados e reconhecidos pelo Direito Penal. Essas práticas sociais da linguagem jurídica incorporam uma certa realidade de um sistema de pensamento punitivo e são usadas para fundamentar especialmente o processo de penalizar. A disciplina pretende explicar a hipótese norteadora da RPM: após a sua institucionalização pelo Direito, os sistemas de ideias representam obstáculos cognitivos ao recebimento de sanções não-prisionais. As ideias a serem estudadas não favorecem, para dizer o mínimo, a redução do uso do encarceramento (duração e frequência), muito menos facilitam a aplicação de sanções alternativas à restrição de liberdade mais consistentes ao estado atual de desenvolvimento do Direito Constitucional do Brasil e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO <i>Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.</i>				
Unidade I – O contexto intelectual e cognitivo de surgimento da Teoria Sistêmica da Racionalidade Penal Moderna (RPM) Objetivos: Introduzir aos participantes a origem e os conceitos básicos da teoria, para a compreensão da sua concepção num peculiar contexto espaço-temporal.				CH REMOTA 3h

<p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Estudos de casos (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia:</p> <p>TULKENS, Françoise. Prefácio. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas</i> / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 13-16)</p> <p>DUBÉ, Richard. Os ângulos de observação da racionalidade penal moderna e a pesquisa empírica. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas</i> / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 295-328)</p> <p>PIRES, Álvaro. Posfácio. Nascimento e desenvolvimento de uma teoria e seus problemas de pesquisa. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas</i> / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 295-32)</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>GONÇALVES, Guilherme Leite, VILAS BÔAS FILHO, Orlando. Teoria dos sistemas sociais: direito e sociedade na obra de Niklas Luhmann. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>GONÇALVES, Guilherme Leite, BACHUR, João Paulo. O Direito na Sociologia de Niklas Luhmann, in <i>Manual de Sociologia Jurídica</i>, coordenação de Felipe Gonçalves Silva e José Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Saraiva, 2013 (pp. 111-131)</p> <p>LUHMANN, Niklas. O Direito da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes (2016).</p> <p>MOELLER, Hans-Georg. Luhmann Explained. In: <i>From Souls to Systems</i>. Chicago: Open Court Publishing, 2006.</p>	
<p><i>Unidade II – As principais linhas da teoria e as características da RPM</i></p> <p>Objetivos: Discutir, à luz da RPM, a interação existente entre as demandas de punição e a aplicação das penas previstas pelo legislador.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Estudos de casos (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia:</p> <p>GARCIA, Margarida. A teoria da racionalidade penal moderna: um quadro de observação, organização e descrição das ideias. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas</i> / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 43-77)</p> <p>PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. In: <i>Novos Estudos</i> n°. 68, março de 2004. pp. 39-60</p>	3h
<p><i>Unidade III – A RPM , o papel da opinião pública, e a questão da determinação da pena.</i></p> <p>Objetivo: Apresentar, à luz da RPM, a interação existente entre as demandas de punição e a rigidez na imposição das sanções penais.</p>	3h

<p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Estudos de casos (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia</p> <p>XAVIER, José Roberto Franco. Público, opinião pública e determinação da pena, tais como vistos pela ciência: algumas notas críticas. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas</i> / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 121-146)</p> <p>RAUPP, Mariana. Por que é tão difícil reduzir o uso da prisão como pena? Obstáculos cognitivos na reforma penal de 1985. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas Desde o Sul</i> / organização Carmen Fullin, Maíra Rocha Machado, José Roberto Franco Xavier; São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 53-79)</p> <p>HÉRNANDEZ, Camilo Eduardo Umaña. A racionalidade penal moderna como ferramenta para entender a impunidade. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas Desde o Sul</i> / organização Carmen Fullin, Maíra Rocha Machado, José Roberto Franco Xavier; São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 81-105)</p>	
<p><i>Unidade IV – A influência da RPM no sistema de ideias regente das sanções juvenis.</i></p> <p>Objetivo: Indicar a prevalência do raciocínio da RPM nas operações dos profissionais do Direito, tanto no momento da elaboração das sanções socioeducativas quanto nos debates parlamentares.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Estudos de acórdãos (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>BRAGA DA SILVA, Carlos Frederico. Decifra-me ou te devoro! A prevalência da racionalidade penal moderna entre os sistemas de ideias da Justiça Juvenil. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas Desde o Sul</i> / organização Carmen Fullin, Maíra Rocha Machado, José Roberto Franco Xavier; São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 205-225)</p> <p>Complementar</p> <p>BRAGA DA SILVA, Carlos Frederico. A teoria da Racionalidade Penal Moderna e os seus impactos nas operações da Justiça Juvenil: uma análise sobre os cenários do Canadá e do Brasil. <i>Revista Brasileira de Ciências Criminais RBCCrim</i>, ano 27, n. 158, Agosto de 2019. Dossiê Especial: “Sistema de justiça juvenil em perspectiva comparada: discussões teóricas para o desenvolvimento de uma doutrina especializada”.</p> <p>PIÑERO, Veronica. As invasões bárbaras e a racionalidade penal moderna no sistema canadense de justiça para menores. In <i>A Racionalidade Penal Moderna: Reflexões Teóricas e Explorações Empíricas</i> / organização Richard Dubé, Margarida Garcia, Maíra Rocha Machado; [tradução Ana Cristina Arantes, Bruna Gibson]. São Paulo: Almedina, 2020. (pp. 199-228)</p> <p>CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal (1993 – 2010). In: <i>Revista de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies</i>, vol.</p>	3h

1, n. 1, jan 2014, p. 10-27.													
<p><i>Unidade V – Saindo da caixa? A RPM e os princípios constitucionais da individualização e da proporcionalidade da sanção penal.</i></p> <p>Objetivo: Problematicar, sob o ângulo de observação da RPM, a relação entre as punições mínimas fixadas por lei e a atividade judiciária de dosimetria da sanção criminal, em relação aos princípios constitucionais de individualização e proporcionalidade da pena.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva síncrona – 2 x 50 min- 100 min (gravada para posterior disponibilidade dos alunos) • Estudo de precedente do STJ (1) – 1 x 40 min – 40 minutos • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>PERUCHIN, Marcelo Caetano Guazzelli. O princípio da proporcionalidade como ferramenta eficaz para a aferição da ilegitimidade da indevida restrição a direitos fundamentais a direitos fundamentais, no âmbito do processo penal. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. pp. 218-219.</p> <p>MACHADO, Maíra Rocha, e PIRES, Álvaro. Intervenção política na sentença do direito? Os fundamentos culturais da pena mínima. Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, 21(3), 1042-1083.</p>													
<p>METODOLOGIA</p> <p>As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos para cada um dos tópicos propostos dentro da unidade:</p> <table border="0"> <tr> <td>Estratégia de aprendizado</td><td>Tempo de duração</td></tr> <tr> <td>Aula expositiva</td><td>150 minutos (dividida em três partes de 50 minutos dois intervalos de 15 minutos)</td></tr> <tr> <td>Bibliografia básica</td><td>9 horas para leitura</td></tr> <tr> <td>Revisão do PPT</td><td>60 minutos</td></tr> <tr> <td>Preparação do exercício a ser entregue em cada unidade</td><td>100 minutos</td></tr> <tr> <td>Busca de outros recursos</td><td>100 minutos</td></tr> </table> <p>Como forma de auferir a assiduidade dos alunos, será verificada a página da disciplina no moodle, as respostas aos exercícios individuais propostos e os estudos de caso durante as atividades acadêmicas.</p>		Estratégia de aprendizado	Tempo de duração	Aula expositiva	150 minutos (dividida em três partes de 50 minutos dois intervalos de 15 minutos)	Bibliografia básica	9 horas para leitura	Revisão do PPT	60 minutos	Preparação do exercício a ser entregue em cada unidade	100 minutos	Busca de outros recursos	100 minutos
Estratégia de aprendizado	Tempo de duração												
Aula expositiva	150 minutos (dividida em três partes de 50 minutos dois intervalos de 15 minutos)												
Bibliografia básica	9 horas para leitura												
Revisão do PPT	60 minutos												
Preparação do exercício a ser entregue em cada unidade	100 minutos												
Busca de outros recursos	100 minutos												
<p>ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO</p> <p>Para a avaliação serão utilizadas prioritariamente as ferramentas disponíveis no moodle. São duas as estratégias de avaliação. A primeira consiste na apresentação de uma resenha crítica de uma das cinco unidades. Ela deve abordar (i) o que a unidade se propunha a analisar, (ii) como os textos apontados como referências trabalham com essa questão, (iii) quais foram os temas e os problemas que mereciam ser considerados e não o foram, bem como problemas metodológicos identificados. A segunda estratégia de avaliação consiste na redação e apresentação de um artigo que siga o formato da Revista de Estudos Empíricos em Direito e seja capaz de conjugar as teorias abordadas ao longo do curso com algum tipo de empiria (seja qualitativa ou quantitativa).</p> <p>Para os alunos que participarem ativamente de todas as discussões realizadas ao longo do semestre serão atribuídos 10 pontos de participação. Ou seja, com vistas a facilitar o aproveitamento dos alunos, a proposta é que seja realizada uma soma saturada das pontuações abaixo descritas, que contam também com a data de</p>													

entrega da mesma, a qual será realizada somente via moodle.

Data de entrega do trabalho

__/__/__

Temática

Resenha Unidade (escolha)

Participação

Valor

90

20

Portanto, serão distribuídos 110 pontos, mas será somado o total de 100 pontos.

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e tarefas a serem entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;
- Youtube: com vídeos sobre o conteúdo apresentado em sala de aula;
- E-mail: para comunicados sobre a sala de aula.

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS VIA TEAMS

Semana	Assunto	Data
1	O contexto intelectual e cognitivo de surgimento da RPM.	__/__/__
2	As principais linhas da teoria e as características da RPM.	__/__/__
3	A RPM, o papel da opinião pública, e a questão da determinação da pena.	__/__/__
4	A influência da RPM no sistema de ideias regente das sanções juvenis.	__/__/__
5	Saindo da caixa? A RPM e os princípios constitucionais da individualização e da proporcionalidade da sanção penal.	__/__/__

Este conjunto de disciplinas visa apresentar aspectos legais e sociológicos da política penal, com ênfase nos efeitos do encarceramento e da internação em massa. Exatamente por isso, um dos pontos de estruturação deste módulo é a política destinada a egressos do cárcere e dos sistemas socioeducativos. Para tanto, foram reservadas 75 horas, distribuídas entre as seguintes disciplinas: Consequências da política penal, Política de egressos do sistema prisional e socioeducativo e Sistemas prisionais em perspectiva comparada. Os programas de curso seguem apresentados nesta ordem.

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR:	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
Consequências da política penal brasileira		Teórica	Prática	Total
		30	0	30
NATUREZA: () OBRIGATÓRIA () OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Thais Lemos Duarte				
EMENTA: Política criminal, encarceramento em massa, familiares de presos, organizações criminais, violações de direitos, tortura.				
OBJETIVOS: A proposta deste curso é discutir alguns dos principais efeitos sociais da política penal estabelecida nas últimas décadas no Brasil. Para isso, será fornecido não só um contexto geral a respeito das ações públicas tradicionalmente implementadas no campo, como serão também apontadas suas decorrências principais, como o aumento nos níveis de encarceramento, a consolidação e o reforço de organizações criminais, a criminalização de grupos sociais indiretamente relacionados ao ambiente prisional, como as famílias de presos, assim como a banalização da tortura em espaços de privação de liberdade. Espera-se que, com base no curso, o/a aluno/a observe que, a despeito de estarem forjadas na ideia de que buscam reduzir a criminalidade, as ações penais executadas aguçam as dinâmicas ilícitas e, sobretudo, aprofundam o contexto de desigualdades históricas do país.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: O curso se divide em cinco tópicos, cada um envolvendo temas relacionados a alguns dos efeitos da política penal no Brasil.				
Tópico 1: Política criminal brasileira nas últimas décadas Estratégias de ensino-aprendizagem: Aula expositiva síncrona (90 min) / Atividade assíncrona (90 min) Bibliografia: ADORNO, Sergio. (1991). Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. <i>Revista USP</i> , (9), p. 65-78. CAMPOS, Marcelo da Silveira; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (2020) A ambiguidade das escolhas: política criminal no Brasil de 1989 e 2016. <i>Revista de Sociologia e Política</i> . 28 (73), p. 1-19. Documentário “Justiça” - https://www.youtube.com/watch?v=KqycXw3BSYE Tópico 2: Encarceramento em massa no Brasil Estratégias de ensino-aprendizagem: Aula expositiva síncrona (90 min) / Atividade assíncrona (90 min) Bibliografia: ZACKSESKI, Cristina; MACHADO, Bruno Amaral; AZEVEDO, Gabriela. (2017). O encarceramento em massa no Brasil: uma proposta metodológica de análise. <i>Revista Crítica Penal y Poder</i> . (12), p. 269-289. BRASIL. (2015). <i>Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão</i> . Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA. Capítulo 4, Eixos 2 e 3. Documentário “A superlotação nos presídios” – https://www.youtube.com/watch?v=W0YjKTKQMgQ				CH REMOTA 30h

Tópico 3: Porosidades carcerárias e famílias de presos

Estratégia de ensino e aprendizagem

Aula expositiva síncrona (90 min) / Atividade assíncrona (90 min)

Bibliografia: GODOI, Rafael. (2015). Vasos comunicantes, fluxos carcerários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1 (46), p. 131-142.

SILVESTRE, Giane. (2011). *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina*. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Capítulo 5.

Documentário – “Profissão repórter - dia de visita”

<https://globoplay.globo.com/v/2002503/?s=0s>

Tópico 4: Grupos criminais

Estratégia de ensino e aprendizagem

Aula expositiva síncrona (90 min) / Atividade assíncrona (90 min)

Bibliografia: MELO, Juliana; RODRIGUES, Raul. (2017). Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11 (2), p. 48-67.

BARBOSA, Antônio Rafael. (2005). *Prender e dar fuga: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Parte 5.

Documentário “Central: o poder das facções”:

<https://www.youtube.com/watch?v=7lbSBVpo9JA>

Tópico 5: Tortura no ambiente prisional e Direitos Humanos

Estratégia de ensino e aprendizagem

Aula expositiva síncrona (90 min) / Atividade assíncrona (90 min)

Bibliografia: CALDEIRA, Teresa. (1991). Direitos Humanos ou “privilégios dos bandidos”? Desventuras da democratização no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 30, p. 162-174.

PASTORAL CARCERÁRIA. *Tortura em tempos de encarceramento em massa*. São Paulo, Pastoral Carcerária, 2016.

Documentário “Tortura e encarceramento em massa”:

<https://www.youtube.com/watch?v=IYNfahbEJgY>

METODOLOGIA

As metodologias foram apresentadas em cada um dos tópicos de ensino. De uma forma geral, foram pensados os seguintes recursos e tempos médios para cada um dos tópicos:

Estratégia de aprendizado	Tempo de duração
Aula expositiva	90 minutos
Bibliografia básica	45 minutos
Documentários e vídeos-entrevistas	45 minutos

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Data de entrega do trabalho	Valor
Avaliação final (Ensaio sobre as políticas penais no Brasil e seus efeitos)	100

TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS

As tecnologias digitais que serão utilizadas para mediar o processo de aprendizagem são as seguintes:

- Moodle: com a organização dos textos e avaliação a ser entregues;
- Teams: para apresentação das aulas expositivas que serão gravadas;
- Youtube: com vídeos sobre o conteúdo apresentado em sala de aula;
- E-mail: para comunicados sobre a sala de aula.

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS VIA TEAMS

Semana	Assunto	Data
1	Política criminal brasileira nas últimas décadas	
2	Encarceramento em massa no Brasil	
3	Porosidades carcerárias e famílias de presos	
4	Grupos criminais	
5	Tortura no ambiente prisional e Direitos Humanos	

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR:

Políticas Públicas para Egressos do Sistema Prisional e Sócio-educativo

CÓDIGO:

CARGA HORÁRIA

Teórica	Prática	Total
---------	---------	-------

30	0	30
----	---	----

NATUREZA () OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA

NÚMERO DE VAGAS:

PROFESSOR(A): Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

EMENTA

Quem é o egresso do sistema prisional e socioeducativo. Redes de atendimento ao egresso, movimentos sociais, políticas públicas para o egresso. Riscos, vulnerabilidades e demandas. Inclusão social do egresso.

OBJETIVOS

A proposta da disciplina é refletir sobre questões que envolvem o egresso do sistema prisional e do sistema socioeducativo e que perpassam por políticas públicas e pela rede de atendimento à esse público. Durante nossos estudos vamos conhecer o Plano Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional desenvolvido e incentivado pelo Conselho Nacional de Justiça e os fluxos e métodos de articulação entre os estabelecimentos prisionais, equipamentos de atenção às pessoas egressas e as políticas públicas e sociais. Também vamos abordar os movimentos sociais que atuam junto a egressos e familiares, numa legítima apropriação de pautas não atendidas pelo estado e que se mostram emergentes no processo de inclusão. A disciplina está estruturada em 2 unidades, orientadas pelos temas principais que envolvem esse debate.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.

<p><i>Unidade I – O egresso do sistema prisional e socioeducativo: vulnerabilidades e demandas</i></p> <p>Objetivos: Identificar quem é o egresso do sistema prisional e socioeducativo a partir de sua trajetória de encarceramento, estigmas produzidos e demandas relacionadas à inclusão social.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva • Recursos audiovisuais • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, DF: CONANDA, 2006.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional. - Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020.</p> <p>COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESP. O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social: Instituto Elo, 2013. 280p.</p> <p>FILHO, Milton Júlio de Carvalho. “Te prepara pra sair”: síntese analítica sobre a situação dos egressos do sistema penitenciário brasileiro. São Paulo, 2004. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2008.</p> <p>MENICUCCI, C. G.; CARNEIRO, C. B. L. Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.107, p. 535-556, jul/set., 2011.</p>	<p>CH REMOTA</p> <p>15h</p>
<p><i>Unidade II – Políticas Públicas, redes de atenção à pessoa egressa e movimentos sociais</i></p> <p>Objetivos: discutir o Plano Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais. Conhecer os movimentos sociais que atuam junto à inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional e socioeducativo.</p> <p>Estratégias de ensino-aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula expositiva • Recursos audiovisuais • PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade <p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros/ Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2019.</p> <p>_____. Departamento Penitenciário Nacional. Política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2020.</p> <p>COMISSÃO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PRESP. O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social: Instituto Elo, 2013. 280p.</p>	<p>15h</p>

MADEIRA, Ligia Mori. A atuação da sociedade civil no apoio a egressos do sistema penitenciário. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, Brasil, v.13, n.53, p. 291, mar./ abr.2005.	
METODOLOGIA Serão realizadas aulas expositivas, leituras para revisão bibliográfica, debates.	
ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO São duas as estratégias de avaliação. A primeira consiste na apresentação de uma resenha crítica dos temas tratados em cada uma das unidades, a qual deve ser entregue sempre na última aula prevista para a avaliação daquele tema. Ela deve abordar (i) o que a unidade se propunha a analisar, (ii) como os textos apontados como referências trabalham com essa questão, (iii) quais foram os temas e os problemas que mereciam ser considerados e não o foram, bem como problemas metodológicos identificados. A segunda estratégia de avaliação consiste na redação e apresentação de um artigo que relacione os temas abordados durante a disciplina e alguma questão empírica no contexto do sistema prisional e/ou socioeducativo, como forma de problematização da teoria.	

TÍTULO DA ATIVIDADE ACADÊMICA CURRICULAR: Sistemas Prisionais em Perspectiva Comparada	CÓDIGO:	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
		15	0	15
NATUREZA () OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA	NÚMERO DE VAGAS:			
PROFESSOR(A): Roseane de Aguiar Lisboa Narciso				
EMENTA Humanização no cumprimento de pena. Assistência e Interseccionalidade no sistema prisional. Modelos prisionais. Abolicionismo penal.				
OBJETIVOS A proposta da disciplina é identificar e discutir políticas, serviços realizados no interior das prisões e práticas de gestão prisional que buscam assegurar a humanização no cumprimento de pena e preparar os custodiados para a liberdade e possível inclusão social. Nessa disciplina, também conheceremos o modelo APAC – Associação de Assistência aos Condenados. A disciplina está estruturada em 1 unidade, subdividida em tópicos que abrangem os temas principais que envolvem esse debate.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO <i>Os conteúdos devem ser organizados por unidades, tópicos ou por módulos que, por sua vez, devem apresentar os objetivos, as estratégias didáticas e a bibliografia recomendada.</i>				
Unidade I – Políticas, práticas e serviços na gestão prisional				CH REMOTA 15h

Objetivos: conhecer políticas, práticas e serviços para pessoas privadas de liberdade articulando diferentes atores, órgãos e instituições com vistas a garantir o cumprimento da Lei e preparação do sujeito para o retorno ao convívio em liberdade.

Tópico 1: Práticas educativas, trabalho e geração e renda, tratamento humanitário e respeito às diversidades.

Objetivo: identificar dispositivos legais e práticas de humanização no cumprimento de pena.

Estratégias de ensino-aprendizagem:

- Aula expositiva
- Recursos audiovisuais
- PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Tradução: Paulo M. Oliveira; prefácio de Evaristo Moraes. – 2.ed. – São Paulo: Edipro, 2015.

Tópico 2: Modelo APAC: perspectiva comparada com o sistema prisional comum

Objetivo: conhecer o modelo APAC e discuti-lo em comparação com o sistema prisional comum.

Estratégias de ensino-aprendizagem:

- Aula expositiva
- Recursos audiovisuais
- PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade

Bibliografia básica:

DEMOGURSKI, Lucas Sena de Souza; OLIVEIRA, Dijaci David de; DURAES, Telma Ferreira Nascimento. Análise do processo de ressocialização. O método da Associação de Proteção e Assistência a Condenados. **Rev. Cien. Soc.**, Montevideo , v. 34, n. 48, p. 131-154, jun. 2021 . Disponível em <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382021000100131&lng=es&nrm=iso>. acessado em 29 jun. 2021.

Tópico 3: Abolicionismo penal e desencarceramento.

Objetivo: introduzir o abolicionismo penal como perspectiva de desencarceramento.

Estratégias de ensino-aprendizagem:

- Aula expositiva
- Recursos audiovisuais
- PPT com explicações sucintas sobre os temas tratados na unidade

Bibliografia básica:

DAVIS, Ângela. Estarão as prisões obsoletas? Tradução: Marina Vargas. 5ª ed., Rio de Janeiro: Difel, 2020.

Wacquant, L. (1999). Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Zahar.

METODOLOGIA

Serão realizadas aulas expositivas, leituras para revisão bibliográfica, debates.

ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A estratégia de avaliação consiste em dois momentos: (i) elaboração e entrega de um resenha sobre um dos textos utilizados durante a disciplina e, (ii) redação e apresentação de um artigo que relacione os temas abordados durante a disciplina e alguma questão empírica no contexto do sistema prisional, como forma de problematização da teoria.

Corpo Docente

Braulio Figueiredo Alves da Silva – UFMG – FAFICH – Departamento de Sociologia

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), aperfeiçoamento em Análise Quantitativa pela Universidade do Texas em Austin (2003), Mestrado (2004) e Doutorado (2012) em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor Associado do Departamento de Sociologia da UFMG, pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública e do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais da UFMG. Membro pesquisador do INCT Espaço Urbano e Gestão da Segurança Pública. Atua principalmente nos seguintes temas: Segurança Pública, Policiamento por Evidências, Criminalidade e Gestão Urbana, Delinquência Juvenil e Justiça Criminal, Sistema de Informação Geográfica e Análise Espacial. Atualmente, investigador (Maria Zambrano Visiting Scholar) no Centro CRÍMINA, para o estudo e prevenção da delinquência da Universidad Miguel Hernández de Elche.

<http://somos.ufmg.br/professor/braulio-figueiredo-alves-da-silva>

Marcos Oliveira Prates – UFMG – ICEX – Depto de Estatística

Em 2006 obteve seu bacharelado em Matemática Computacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e seu mestrado em Estatística em 2008 pela mesma instituição. Em 2011 recebeu seu título de Doutor pela University of Connecticut aonde foi professor visitante de 2019 à 2020. Atualmente é professor Associado da UFMG e atua nos programas de graduação e pós-graduação em Estatística. Suas principais áreas de interesse de pesquisa são Aprendizado de Máquina, Estatística Bayesiana, Estatística Espacial e Modelos Lineares Generalizados Mistos. Foi Coordenador do programa de pós-graduação em Estatística da UFMG (2016-2018), foi secretário do ISBRA capítulo Brasileiro do ISBA (2015-2016) e, atualmente é o Presidente da Associação Brasileira de Estatística (2020-2022)

<http://somos.ufmg.br/professor/marcos-oliveira-prates>

Bernardo Lanza Queiroz – UFMG – FACE – Departamento de Demografia

possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997), mestrado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), mestrado e doutorado em Demografia na University California at Berkeley (2005). Atualmente é Professor Associado IV do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Cedeplar. Atualmente é sub-chefe do departamento de Demografia da UFMG. Foi coordenador do curso de graduação em Ciências Atuariais da UFMG entre 2015 e 2019 e sub-coordenador de 2013 a 2015. Ao longo dos últimos anos já orientou mais de 50 trabalhos de monografia, 15 teses de doutorado e 15 dissertações de mestrado. Desde 2021, é membro do Technical Advisory Group to the Assessment of Covid-19 mortality, organizado pelas Nações Unidas (DESA-ONU) e Organização Mundial de Saúde (OMS) e membro do WDA Global Longevity Council. É co-coordenador do projeto Latin America Human Mortality Database (www.lamortalidad.org) e membro do projeto National Transfer Accounts (www.ntaccounts.org). Atualmente, é editor associado da Population Health Metrics, editor acadêmico da PlosOne e membro do comite editorial do The Journal of Economics of Ageing. Tem experiência na área de demografia atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, mortalidade adulta, métodos demográficos, envelhecimento populacional, previdência social e aposentadoria. Trabalhos recentes focam no estudo do comportamentos dos idosos no mercado de trabalho e na aplicação de métodos estatísticos e demográficos para avaliar qualidade dos dados e estimar mortalidade adulta em pequenas áreas. Líder do grupo de pesquisa: Mortalidade, Morbidade e Saúde.

<http://somos.ufmg.br/professor/bernardo-lanza-queiroz>

Andréa Máris Campos Guerra – UFMG – FAFICH – Depto de Psicologia

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1994), graduação em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (1995), mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com período de estudos aprofundados na Université de Rennes II (2007) e pós-doutorado em andamento da Université Paris 8 (2018), sendo atualmente professora adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Ênfase da produção acadêmica e profissional junto aos temas de Psicanálise e Política; Adolescência e Infração; Clínica psicanalítica.

<http://somos.ufmg.br/professor/andrea-maris-campos-guerra>

Valéria Cristina de Oliveira – UFMG – FAE – Depto de Ciências Aplicadas à Educação

É professora adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE), na Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e do Núcleo de Pesquisas em Desigualdades Escolares (NUPEDE). Realizou estágio de pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no período entre 10/2016 e 07/2017. Possui doutorado em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da UFMG (2016), com estágio na Florida State University (2014/2015), mestrado em Sociologia (2009) e graduação em Ciências Sociais (2006), ambos pela instituição. Possui experiência em análise quantitativa de informações, com ênfase em temas referentes à sociologia da violência e do conflito por meio de trabalhos sobre vitimização, efeitos de vizinhança e violência em contexto escolar.

<http://somos.ufmg.br/professor/valeria-cristina-de-oliveira>

Claudio Chaves Beato Filho – UFMG – FAFICH- Depto de Sociologia

Professor titular do Departamento de Sociologia da UFMG. Possui graduação em pela Universidade Federal de Minas Gerais (1982), mestrado em pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1986) e doutorado pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1992). Atualmente é Coordenador do CRISP - Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública. Recebeu a Comenda do Mérito Científico Nacional, concedido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi Professor Visitante na Universidade de Columbia, NY, no período 2017-2018, na Cátedra Ruth Cardoso. Visiting Scholar no David Rockefeller Center for Latin American Studies, da Universidade de Harvard e do Centre of Brazilian Studies, da Oxford University. Coordenador do INCT "Espaço Urbano e Gestão em Políticas Públicas de Segurança". Tem atuado principalmente nos seguintes temas: criminalidade e violência, segurança pública, políticas públicas de segurança, estatísticas criminalidade e polícia e análise urbana de crimes. É consultor em diversos estados brasileiros e países da América Latina para o desenvolvimento de programas e projetos de controle e prevenção da violência. Consultor do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e UNODC das Nações Unidas. Atualmente é coordenador do CRISP, Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG.

<http://somos.ufmg.br/professor/claudio-chaves-beato-filho>

Andréa Maria Silveira – UFMG – Hospital das Clínicas

Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), residência em Medicina Preventiva e Social (área de concentração em Saúde do Trabalhador), especialização em Gestão de Hospitais Universitários, mestrado em Sociologia e doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela mesma universidade. É professora associada do Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFMG. Atua como docente na disciplina Saúde do Trabalhador oferecida para os cursos de graduação em Medicina. É docente no Mestrado Profissional de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência e do Programa de Pós Graduação em Sociologia. É diretora Geral/superintendente do Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, trabalho, violência e prevenção.

<http://lattes.cnpq.br/0068257372852384>

Camila Silva Nicácio – UFMG – Faculdade de Direito – Depto Direito do Trabalho

Professora Adjunta do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Graduação e Corpo Permanente da Pós-Graduação). Professora convidada da Université Paris I, Panthéon-Sorbonne e da Université de Laval. Visiting Researcher na University of Ottawa. Pós-doutora pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Doutora em Direito pela Université Paris I, Panthéon-Sorbonne. Mestre em Direito pela Université Paris III, Sorbonne Nouvelle. Graduada em Direito pela UFMG. Pesquisadora-líder do Dom - Grupo de pesquisa em Antropologia do direito (UFMG). Co-coordenadora do Interfaces - Direito e Psicanálise (UFMG). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Religião, direito e secularismo (CEBRAP). Colaboradora do Understanding Nonreligion in a Complex Future (University of Ottawa). Colaboradora do Centro Brasileiro de Estudos em Direito e Religião (CEDIRE-UFU). Colaboradora do Núcleo de Antropologia do direito da Universidade de São Paulo (NADIR-USP). Experiência na área de Direito, com ênfase em Antropologia do direito e Metodologia de pesquisa em direito. Atuação preponderante nos seguintes temas: garantias e direitos humanos fundamentais; direito e religião; pluralismo jurídico; emergência normativa; mediação de conflitos; administração e acesso à justiça.

<http://somos.ufmg.br/professor/camila-silva-nicacio>

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro – UFMG – FAFICH – Depto de Sociologia

É professora associada no Departamento de Sociologia e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, mestrado e graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi pesquisadora visitante na University of Florida, na University of Groningen e na Texas State University. Já coordenou diversas pesquisas sobre homicídios, políticas de segurança pública, padrões de policiamento e justiça criminal, financiadas por organismos nacionais e internacionais, além de ter atuado como consultora do PNUD. É editora da Revista de Estudos Empíricos em Direito e bolsista de produtividade nível PQ2 do CNPq. Suas principais publicações estão relacionadas ao funcionamento do sistema de justiça criminal; policiamento comunitário e políticas de segurança pública.

<http://somos.ufmg.br/professor/ludmila-mendonca-lobes-ribeiro>

Frederico Couto Marinho – UFMG – IGC – Depto de Geografia

Professor Adjunto do Dep. de Geografia / Instituto de Geociências / UFMG. Professor do Programa Pós-Graduação Promoção de Saúde e Prevenção da Violência. Dep. Medicina / UFMG. Doutor em Sociologia / UFMG com estágio de Doutorado na Universidade Lille 1 (França). Pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Membro pesquisador do INCT Espaço Urbano e Gestão da Segurança Pública. Atua principalmente nos seguintes temas: Sociologia Desvio, Sociologia Urbana, Análise e avaliação de Políticas Públicas, Segurança Pública, Justiça Juvenil, Trajetória de Vida. Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD / ONU) na área de políticas públicas de segurança e cidadania.

<http://somos.ufmg.br/professor/frederico-couto-marinho>

Carlos Frederico Braga - TJMG

Doutor em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais, (CRISP - Sociologia do Crime, do Desvio e do Conflito) em sistema de cotutela com o programa de Doutorado em Criminologia da Universidade de Ottawa, Cátedra Canadense de Tradições Jurídicas e Racionalidade Penal. Mestre em Direito Constitucional Comparado pela Cumberland School of Law, Alabama, EUA (2008). Juiz de Direito em Belo Horizonte. Professor e formador de cursos da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Principal interesse de pesquisa de pós-doutorado: Análise sociojurídica das operações do subsistema social do Direito, com ênfase em casos de criminalidade ambiental relacionada às corporações transnacionais. O intuito é escrutinar as formas interativas de atuação das esferas civil, administrativa e penal, buscando contribuir para a reflexão sobre os arranjos normativos que pautam o funcionamento do sistema de justiça criminal. Para tanto, utilizo as ferramentas epistemológicas proporcionadas pela Teoria Sistêmica da Racionalidade Penal Moderna, desenvolvida por Álvaro Pires (uOttawa) e sua equipe da Cátedra Canadense de Tradições Jurídicas e Racionalidade Penal, para descrever alguns arranjos institucionais de funcionamento do sistema de justiça criminal do Ocidente, advindos das tradicionais teorias da punição. Tendo como parâmetro a relação entre a linguagem jurídica e as teorias da pena, eu procedo à distinção das semânticas sociojurídicas e dos sistemas de ideias que, tradicionalmente, os operadores se referem para justificar as operações sistêmicas do Direito Penal. Essas são, em regra, hermeticamente pautadas por um peculiar estilo de pensamento punitivo, fundadas em competição de argumentos, avessas às soluções dialógicas ou consensuais e à adoção de alternativas ao encarceramento. Após, objetivamos explorar as possibilidades de uma forma inovadora de responsabilização criminal que prestigie, sempre que o contexto fático e cognitivo assim permitir, a adoção de sanções alternativas ao emprisionamento e que sejam compatíveis às garantias processuais modernas e aos Direitos Humanos. Consequentemente, eu exploro se a interface entre a justiça ambiental e a responsabilidade legal das corporações transnacionais pode gerar um corpo distinto de princípios jurídicos a serem compartilhados entre diferentes regimes globais comuns.

<http://lattes.cnpq.br/3726561280078575>

Thais Lemos Duarte – Pós-Doc UFMG

Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS - UFMG), professora substituta do Departamento de Sociologia da UFMG, pesquisadora do Centro de Estudos da Criminalidade e Segurança Pública (CRISP - UFMG) e, ainda, desenvolve consultorias sobre sistema penal e prevenção à tortura. É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA - UFRJ) e doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Coordenou e compôs diversas pesquisas sobre segurança pública e sistema de justiça criminal, assim como fez parte de organizações da sociedade civil e de órgãos de Direitos Humanos, como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

<http://lattes.cnpq.br/4045097122040527>

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso – CEFET MG

Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas, linha de pesquisa: Trabalho e Cidade , mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Experiência como coordenadora do Núcleo de Extensão da Faculdade SENAC Minas Atuou como consultora ad hoc na FAPESB para avaliação de projetos. Autora de livros didáticos em Sociologia e Cultura e Empreendedorismo para cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD. Autora do livro "Juventude e Trabalho: tempo do devir" publicado pela Editora Appris. Experiência como docente na Universidade Federal de Minas Gerais, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG) com as disciplinas Sociologia, Modernidade e Contemporaneidade. Atua com pesquisa e extensão nas áreas de juventude, trabalho, gênero e sistema prisional. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Trabalho e Estado Penal no Cefet-MG e líder do grupo de pesquisas Reconectar. Atualmente faz Residência Pós-Doutoral no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP na Universidade Federal de Minas gerais (UFMG) onde também atua como pesquisadora.

<http://lattes.cnpq.br/5438086955324273>

Frederico Gomes de Almeida Horta – UFMG - FAFICH

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2013), mestre em Ciências Penais pela UFMG (2006), especialista em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra (Portugal - 2007) e bacharel em Direito pela UFMG (2004). Professor Adjunto de Direito e Processo Penal da Universidade Federal de Minas Gerais, nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Autor dos livros "Do concurso aparente de normas penais" (Lumen Juris, 2007) e "Elementos normativos da leis penais e conteúdo intelectual do dolo: da natureza do erro sobre o dever extrapenal em branco" (Marcial Pons, 2016), bem como de artigos diversos, publicados em coletâneas e periódicos científicos. Como pesquisador, tem se dedicado especialmente à Teoria do Delito e ao Direito Penal Econômico. É advogado criminalista e editor chefe da Revista do Instituto de Ciências Penais (RICP).

<http://somos.ufmg.br/professor/frederico-gomes-de-almeida-horta>

Regulamento do Curso

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

REGULAMENTO DO CURSO

TÍTULO I

Da Natureza, Finalidade e Objetivos Do Curso

Art. 1º O Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública é constituído em seguimentos aos de graduação da área de Ciências Sociais ou áreas afins e funcionará em nível de Pós-Graduação Lato Sensu.

Art. 2º O Curso tem por finalidade proporcionar o aprofundamento de estudos nas áreas de criminalidade e segurança pública, visando, por um lado, maior conhecimento da realidade e, por outro, oferecer ambiente e recursos adequados para o desenvolvimento de recursos humanos voltados para a atividade prática, ensino e pesquisa na área.

Art. 3º Os objetivos específicos do Curso são os seguintes:

- I- formar massa crítica de pesquisadores e “policy-makers” em criminalidade e segurança pública
- II- desenvolver profissionais capazes de trabalhar modelos teóricos e estatísticos apropriados à realização de análises de dados de criminalidade e ocorrências policiais.
- III- criar condições para o trabalho interdisciplinar em áreas de interesse comum da segurança pública e justiça criminal.

TÍTULO II

Do Funcionamento do Curso de Pós-Graduação

CAPÍTULO I

Da Coordenação

Art. 4º A Coordenação será exercida por uma Comissão composta por quatro membros. Um representante do Departamento de Sociologia; um representante do Departamento de Estatística, um professor do curso de qualquer área e um discente, de conformidade com o Regime Geral e as Normas Gerais da Pós-Graduação da UFMG.

§ 1º Os docentes representantes dos Departamentos serão indicados pelas respectivas Câmaras Departamentais, dentre seus especialistas ou portadores de título superior, com exercício de atividade permanente no curso.

§ 2º A participação discente será eleita pelos alunos do curso, observando o disposto no regimento Geral da UFMG.

§ 3º Os representantes terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 5º O Coordenador e o Sub-Coordenador serão escolhidos pela Comissão.

§ 1º O Coordenador e o Sub-Coordenador terão mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º O Sub-Coordenador substituirá automaticamente o Coordenador em suas faltas e impedimentos.

Art. 6º Compete à Comissão de Coordenação do Curso:

- I- escolher o Coordenador e o Sub-Coordenador;
- II- orientar e coordenar as atividades do curso;
- III- elaborar o currículo do curso com indicação dos pré-requisitos e dos créditos das atividades acadêmicas que o compõem para aprovação pela Câmara de Pós-Graduação;
- IV- fixar diretrizes dos programas das atividades acadêmicas e recomendar modificações;
- V- decidir as questões referentes à matrícula, reopção e dispensa de atividades acadêmicas, transferência, aproveitamento de créditos, bem como as representações e recursos que lhe forem dirigidos;
- VI- representar ao órgão competente, no caso de infração disciplinar;
- VII- propor à Câmara de Pós-Graduação a criação, transformação, exclusão e extinção de disciplinas do curso;
- VIII- aprovar, mediante análise dos currículos vitae, os nomes dos professores que integram o corpo docente do curso;
- IX- estabelecer as normas do curso ou sua alteração, submetendo-as à aprovação da Câmara de Pós-Graduação;
- X- submeter à aprovação da Câmara de Pós-Graduação o número de vagas para abertura de seleção;
- XI- estabelecer critérios para admissão ao curso;
- XII- estabelecer critérios para o preenchimento de vagas em atividades acadêmicas isoladas;
- XIII- estabelecer procedimentos que assegurem ao estudante efetivo acompanhamento e orientação acadêmica;
- XIV- estabelecer critérios para alocação de bolsas e acompanhamento dos trabalhos dos bolsistas;
- XV- fazer o planejamento orçamentário do curso e estabelecer critérios para alocação dos recursos;
- XVI- reunir-se ordinariamente de acordo com o estabelecido pelo Regulamento do Curso;
- XVII- exercer outras atribuições estabelecidas no Regulamento do Curso.

Art. 7º A Comissão reunir-se-á:

- I- por convocação do Coordenador;
- II- por vontade, expressa por escrito, de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único. De cada reunião será lavrada ata em livro próprio.

Art. 8º As reuniões funcionam com a presença da maioria de seus membros.

Art. 9º As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de seus membros presentes à reunião.

Parágrafo Único. O Coordenador, além do voto comum, terá o voto de qualidade, nos casos de empate.

CAPÍTULO II

Do Coordenador

Art. 10. Compete ao Coordenador do Curso:

- I- convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora;

- II- coordenar a execução do Curso de acordo com as deliberações da Comissão Coordenadora;
- III- remeter à Câmara de Pós-Graduação relatórios e informações concernentes às atividades do Curso, de acordo com as instruções desse órgão;
- IV- fornecer informações e documentos solicitados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), conforme as instruções e prazos indicados por esse Órgão;
- V- exercer as demais atribuições da função, estabelecidas no Regulamento do Curso.

CAPÍTULO III

Dos Docentes e da Orientação

Art. 11. O corpo docente do Curso de Especialização é constituído por docentes com o Título de Especialista ou de Mestre ou de Doutor, respeitada a legislação vigente.

Parágrafo único. Por solicitação da Comissão Coordenadora e a juízo da CPG, poderão, excepcionalmente, ser admitidos docentes sem Título de Pós-Graduação, mas de reconhecida capacidade técnico-profissional, comprovada por meio de *curriculum vitae*.

Art. 12. O corpo docente do Curso de Especialização poderá ser constituído por, no máximo, 1/3 (um terço) de profissionais externos à UFMG.

Parágrafo único. Para efeito do cômputo da parcela de profissionais do corpo docente interno, admite-se a participação de docentes aposentados da própria Instituição, desde que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos docentes do Curso estejam, ainda, em atividade efetiva na UFMG.

Art. 13. Todo discente em fase de elaboração de trabalho final de Curso deverá ter um docente orientador aprovado pela respectiva Comissão Coordenadora.

Art. 14. O docente orientador poderá assistir, no máximo 10 (dez) alunos simultaneamente.

TÍTULO III

Da Admissão ao Curso

CAPÍTULO I

Da Oferta de Vagas

Art. 15. A abertura de vagas e a divulgação de Edital de Curso de Especialização deverão ser solicitadas pela Comissão Coordenadora à PRPG, no período previsto no Calendário Acadêmico da UFMG.

Art. 16. Para o estabelecimento do número de vagas a ser divulgado em Edital concernente ao Exame de Seleção, a Comissão Coordenadora deverá levar em consideração, entre outros, os seguintes itens:

- I- a capacidade de orientação do Curso, considerando a relação global média de, no máximo, 10 (dez) discentes por docente orientador, contabilizados os discentes de outros Cursos de Especialização e remanescentes de períodos anteriores;
- II- o fluxo de entrada e saída de alunos;
- III- a infraestrutura física;
- IV- o plano de execução orçamentária, quando cabível.

CAPÍTULO II

Da Admissão ao Curso

Art. 17. O processo seletivo do Cursos de Especialização será regido por Edital elaborado pela Comissão Coordenadora e aprovado pela PRPG, no qual constarão:

- I - o número de vagas ofertadas;
- II - a modalidade (presencial, semipresencial ou a distância) do Exame de Seleção;
- III - o período de inscrição;

- IV - a data de realização do Exame de Seleção;
- V - as etapas e os critérios de seleção;
- VI - o período letivo de ingresso;
- VII - a relação de documentos exigidos para inscrição e para registro.

§ 1º No caso de entrevista constituir-se etapa do Exame de Seleção, essa não terá caráter eliminatório.

Art. 18. A Comissão Coordenadora, ou outra por ela indicada, estabelecerá os critérios para aceitação de inscrição baseando-se no exame dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados pelos candidatos no ato da inscrição:

- I- formulário de inscrição, a ser fornecido pela coordenação do curso, devidamente preenchido.
- II- certidão de nascimento ou de casamento;
- III- documento de Identidade com validade nacional (RG, Carteira emitida por órgão de classe com validade nacional, Carteira de Trabalho (página de identificação) ou CNH dentro da validade ou Identidade expedida por Ministério Militar, Identidade Policial Militar);
- IV- CPF;
- V- certidão de quitação eleitoral;
- VI- documento militar válido (apenas candidato do sexo masculino), com informação de cumprimento das obrigações correspondentes e atualizado nos casos aplicáveis;
- VII- comprovante de residência (em nome próprio ou de outrem);
- VIII- comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo MEC (diploma registrado, certificado ou declaração informando que o aluno concluiu o curso. Em caso de certificado ou declaração, deve constar a data da colação de grau. Não serão aceitas declarações com previsão, seja de conclusão, seja de colação de grau);
- IX- histórico escolar de graduação;
- X- curriculum vitae;
- XI- plano de trabalho com justificativa consubstanciada sobre os motivos da escolha do curso.

Art. 19. Para ser admitido como estudante regular em curso de pós-graduação, o candidato deverá satisfazer as seguintes exigências:

a) ter concluído curso de graduação de que constem atividades acadêmicas consideradas afins à área de estudo pretendida, a critério da Comissão Coordenadora;

b) ser selecionado mediante teste de conhecimento ou outro processo previsto no Regulamento do Curso. Assim, serão realizadas:

- análise dos documentos exigidos;
- entrevista e/ou prova, a cargo de uma comissão de seleção, formada por professores designados pela Comissão Coordenadora;
- a critério da comissão de seleção, poderá ser exigida tradução de texto em inglês para português;

Parágrafo Único. Caberá à Comissão Coordenadora estabelecer a natureza dos instrumentos de avaliação a serem utilizadas, bem como os critérios de julgamento.

Art. 20. A critério da Comissão Coordenadora, poderão ser apreciados pedidos de transferência e de reopção de Curso de alunos oriundos de outros Cursos de Pós-Graduação.

§1º Nesse caso, independentemente do número de créditos obtidos no curso de origem, o aluno transferido deverá obter, nas atividades acadêmicas do curso de destino, no mínimo, 25% do total de créditos exigidos no Regulamento do Curso.

§ 2º O candidato à transferência deverá apresentar à Secretaria do curso os documentos exigidos pelo Regulamento, além do comprovante de vinculação ao Curso de origem.

§ 3º No caso de deferimento da solicitação, deverão ser apresentados os documentos necessários para o registro acadêmico.

§ 4º A Secretaria do curso deverá enviar ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico os dados pertinentes à identificação do aluno transferido ou reoptante, até 15 (quinze) dias após sua admissão.

CAPÍTULO III

Da Matrícula

Art. 21. Para ser admitido como discente em Curso de Especialização, o candidato deverá satisfazer às seguintes exigências:

- I- ter concluído curso de Graduação;
- II- ser aprovado em Exame de Seleção específico, descrito no Capítulo II.

Art. 22. O aluno admitido em Curso de Pós-Graduação deverá, no prazo estabelecido no Calendário Escolar da UFMG, requerer matrícula nas atividades acadêmicas de seu interesse.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria do Curso de Especialização enviar ao DRCA a relação dos candidatos classificados na seleção.

Art. 23. O discente poderá solicitar à Comissão Coordenadora o trancamento parcial da sua matrícula efetivada, em uma ou mais disciplinas, no âmbito do primeiro 1/3 (um terço) da carga horária total prevista.

§ 1º Ao autorizar o trancamento, a Comissão Coordenadora deverá assegurar que o discente possa concluir as atividades dentro do prazo de duração do Curso.

§ 2º Durante o Curso, o trancamento parcial de matrícula será concedido apenas uma vez numa mesma atividade acadêmica.

Art. 24. À vista de motivos relevantes, a Comissão Coordenadora poderá conceder trancamento total da matrícula, caso em que o correspondente período de trancamento não será computado para efeito de integralização do tempo máximo do aluno no Curso.

§ 1º Ao autorizar o trancamento total, o Colegiado de Curso ou a Comissão Coordenadora deverá assegurar que o discente possa concluir as atividades dentro do prazo de oferecimento do Curso.

Art. 25. Será excluído do curso o aluno que deixar de renovar, a cada semestre, sua matrícula em atividades acadêmicas.

Art. 26. O aluno poderá matricular-se simultaneamente em atividades acadêmicas de Graduação e de Pós-Graduação não integrantes do currículo regular de seu Curso, que serão consideradas eletivas, desde que com a aprovação da Comissão Coordenadora.

Art. 27. A juízo da Comissão Coordenadora, desde que haja vagas remanescentes, graduados não inscritos em cursos regulares da UFMG poderão matricular-se em atividades acadêmicas de Pós-Graduação, que serão consideradas isoladas.

TÍTULO IV

Do Regime Didático

CAPÍTULO I

Do Currículo

Art. 28. A estrutura curricular poderá ser composta por dois tipos de atividades acadêmicas: Obrigatórias e Optativas.

§1º O conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias visa dar ao estudante um conhecimento, abrangente, teórico e prático, da criminalidade e da segurança pública.

§2º As atividades acadêmicas optativas devem possibilitar ao aluno um espaço no currículo para o aprofundamento de conhecimento. O elenco das atividades acadêmicas optativas reflete a combinação entre as áreas de

concentração do curso e os temas geradores da problemática nos campos da criminalidade e da segurança pública. Podem incluir desde palestras até visitas de campo a atividades e órgãos de interesse do discente.

Art. 29. Havendo a criação de atividades acadêmicas optativas, essas deverão ser propostas pelos professores à Comissão Coordenadora que encaminhará pedido de aprovação à Câmara de Pós-Graduação, dentro dos prazos regulamentares.

Art. 30. As atividades acadêmicas serão desenvolvidas preferencialmente sob a forma de preleção, seminários e trabalhos de pesquisa, em que se assegura ao estudante liberdade de iniciativa e participação ativa.

CAPÍTULO II

Do Sistema de Créditos

Art. 31. Cada disciplina terá um valor expresso em créditos, observada a relação de 1(um) crédito por 15 (quinze) horas de aula do Curso.

Art. 32. Os créditos relativos a cada disciplina só serão conferidos ao aluno que obtiver, no mínimo, o conceito D e que comprovar efetiva frequência a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades em que estiver matriculado, vedado o abono de faltas.

Art. 33. Mediante proposta do docente orientador e a juízo da Comissão Coordenadora, o aluno regularmente matriculado poderá ter aproveitados créditos obtidos em disciplinas isoladas.

Parágrafo único. O aluno regularmente matriculado que tiver aproveitamento de créditos obtidos em disciplinas isoladas será obrigado a obter, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do total dos créditos a serem integralizados, conforme determinado no Regulamento do Curso.

Art. 34. Nenhum aluno será admitido à defesa de trabalho final de Curso de Especialização, antes de cumprir o total dos créditos requeridos para obtenção do respectivo Certificado ou Diploma ou de atender às exigências previstas no Regulamento do Curso.

Art. 35. Durante a fase de elaboração de trabalho final de Curso de Especialização, e até seu julgamento, o estudante, independentemente de estar, ou não, matriculado em atividades acadêmicas curriculares, deverá matricular-se em “Elaboração de Trabalho Final”.

Art. 36. A Comissão Coordenadora fixará normas concernentes à forma de apresentação de trabalho final de curso de Especialização.

Art. 37. O trabalho final de curso de Especialização deverá ser apresentado, sob forma presencial, em sessão pública e avaliado por Comissão Examinadora, indicada pelo Colegiado ou Comissão Coordenadora, composta por, pelo menos, 2 (dois) membros com titulação mínima de Especialista.

Art. 38. Será considerado aprovado na apresentação do trabalho final de curso de Especialização, o candidato que obtiver a aprovação unânime de todos os membros da Comissão Examinadora.

Art. 39. No caso de insucesso na apresentação de trabalho final de curso de Especialização, mediante proposta justificada da Comissão Examinadora, poderá o Colegiado, ou Comissão Coordenadora, dar oportunidade ao aluno de, no prazo máximo de 2 (dois) meses, apresentar nova versão do trabalho.

Art. 40. O trabalho final de Curso de Especialização, depois de aprovado pelo docente orientador e pela Comissão Coordenadora, deverá ser registrado na Secretaria do Curso.

CAPÍTULO III

Do Rendimento Escolar

Art. 41. O rendimento escolar de cada estudante será expresso em notas e conceitos, de acordo com a seguinte escala:

De 90 a 100 - A
De 80 a 89 - B
De 70 a 79 - C
De 60 a 69 - D
De 40 a 59 - E
De 0 a 39 - F

Art. 42. O discente que obtiver conceito E ou F mais de uma vez na mesma ou em diferentes disciplinas será automaticamente excluído do Curso.

CAPÍTULO IV

Das Condições para Obtenção dos Certificados

Art. 43. Para obter o Certificado de Especialista, o aluno deverá satisfazer às seguintes exigências:

I- completar, em atividades acadêmicas de Pós-Graduação, o número mínimo de créditos correspondente a 375 (trezentos e setenta e cinco) horas de aula, como exigido no Regulamento do Curso;

II- ser aprovado na apresentação de trabalho final, de autoria individual, como definido no Regulamento do Curso;

III- apresentar à Comissão Coordenadora, no prazo que lhe for determinado, a versão final do trabalho, em conformidade com as indicações da Comissão Examinadora.

Art. 44. São condições para expedição do Certificado de Especialista:

I- a comprovação de que o aluno cumpriu todas as exigências regulamentares;

II- o envio, pela Secretaria do Curso, à PRPG de:

a) histórico escolar do concluinte;

b) comprovante de entrega à Biblioteca Universitária de 1 (um) exemplar do trabalho final de Curso de Especialização, acompanhado de Formulário de Autorização de Disponibilização do material, no todo ou em parte, pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG;

III- a comprovação de quitação de obrigações para com a Biblioteca Universitária.

Art. 45. O histórico escolar deverá conter os dados completos sobre a vida acadêmica do aluno e deverá ser devidamente assinado pela Comissão Coordenadora.

Art. 46. O Certificado de Especialista será expedido pela PRPG e registrados no DRCA.

TÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 47. Compete à Comissão Coordenadora decidir sobre os casos omissos neste regulamento.

Art. 48. Revogadas as disposições em contrário, este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais.